

Beatriz Valéria Porto de Moraes Muffo

**Da Ação Coletiva à Desmobilização: Um Estudo de Caso
dos Entregadores Antifascistas e as Implicações da
Flexibilização do Trabalho**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais – Especialização: Ciência Política**

**Lisboa
Setembro, 2024**

Beatriz Valéria Porto de Moraes Muffo

**Da Ação Coletiva à Desmobilização: Um Estudo de Caso dos Entregadores Antifascistas
e as Implicações da Flexibilização do Trabalho**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Catherine Moury.

**Lisboa
Setembro, 2024**

Resumo

Este trabalho investiga as circunstâncias que impulsionam a mobilização e, posteriormente, a desmobilização dos trabalhadores de plataformas digitais, com um estudo de caso sobre os Entregadores Antifascistas. O coletivo foi escolhido por seu papel de destaque nas manifestações por melhores condições de trabalho, especialmente entre 2020 e 2021, quando liderou o movimento conhecido como Breque dos Apps e atraiu ampla exposição midiática, colocando em evidência a questão das condições enfrentadas pelos entregadores de plataforma em âmbito nacional. A pesquisa busca compreender os fatores que contribuíram para a formação e o declínio desse movimento.

A economia de plataformas, caracterizada pela flexibilização do trabalho e pelo controle algorítmico, tem gerado novas formas de precarização laboral. Os entregadores de aplicativos, como os que compõem o grupo estudado, enfrentam condições de trabalho precárias, incluindo jornadas longas, remuneração instável e falta de direitos trabalhistas.

A pesquisa utiliza o método do *process tracing* para analisar os eventos que marcaram a trajetória dos Entregadores Antifascistas, desde sua formação até a desmobilização. Serão testadas hipóteses que relacionam a fragmentação do movimento à coexistência de diferentes discursos políticos, à dificuldade de alinhar as demandas específicas da categoria aos sindicatos e à exposição midiática que centralizou a figura de um líder.

A revisão bibliográfica estabelece conexões entre temas como a flexibilização do trabalho, a economia de plataformas e o papel dos algoritmos, analisando como esses elementos moldam as experiências e as formas de resistência de trabalhadores de plataformas, tanto em um contexto nacional quanto global. Adicionalmente, a revisão explora a diversidade de estratégias de resistência, incluindo sindicalismo, movimentos sociais e outras iniciativas.

Palavras-chave: economia de plataformas, trabalho precário, mobilização, desmobilização, entregadores, Entregadores Antifascistas, algoritmos, flexibilização do trabalho.

Abstract

This study examines the circumstances that drive the mobilization and subsequent demobilization of gig economy workers, focusing on the case of the “Entregadores Antifascistas”. This collective was chosen for its prominent role in protests for better working conditions, particularly between 2020 and 2021, when it led the movement known as the "Breque dos Apps" and gained significant media attention, bringing national focus to the challenges faced by platform delivery workers. The research seeks to understand the factors that contributed to the rise and decline of this movement.

The platform economy, characterized by flexible work arrangements and algorithmic control, has led to new forms of labour precarity. App-based delivery workers, such as those studied, face precarious working conditions, including long hours, unstable pay, and a lack of labor rights.

Using the process tracing method, this research analyses the key events in the trajectory of the “Entregadores Antifascistas”, from its formation to its demobilization. Hypotheses are tested linking the movement's fragmentation to the coexistence of different political narratives, difficulties in aligning the specific demands of delivery workers with traditional unions, and the media attention that concentrated leadership around a single figure.

The literature review connects themes such as labor flexibilization, the platform economy, and the role of algorithms, exploring how these elements shape the experiences and resistance strategies of platform workers, both nationally and globally. It also delves into the diversity of resistance strategies, including unionization, social movements, and other initiatives.

Keywords: platform economy, precarious work, mobilization, demobilization, delivery workers, Entregadores Antifascistas, algorithms, labor flexibilization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A ECONOMIA DE PLATAFORMAS.....	11
2.1 A flexibilização do trabalho	11
2.2. Controle Algorítmico na Era do <i>Uber</i>	14
2.3 Síntese do capítulo	16
3 ENTRE TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS: MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO.....	17
3.1 Movimentos Sociais.....	17
3.2 Sindicalismo.....	21
3.3 Desmobilização de movimentos sociais	26
3.4. Síntese do capítulo	28
4 DESAFIOS E MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES DE PLATAFORMA: UMA ANÁLISE GLOBAL DAS DINÂMICAS ORGANIZACIONAIS E IDENTITÁRIAS.....	31
4.1 Formação de identidade coletiva dos trabalhadores de plataforma	31
4.2. Obstáculos organizacionais.....	33
4.3 Resistência na Europa: Inglaterra e Itália	36
4.4. Mobilizações na América Latina	42
4.5 Síntese do capítulo	47
5 ESTUDO DE CASO: OS ENTREGADORES ANTIFASCISTAS.....	51
5.1. Plataformas no Brasil: Contexto de Entrada e Características da Força de Trabalho	51
5.2. Transformações no Mercado de Trabalho Brasileiro: O Impacto da Reforma Trabalhista	52
5.3 O Efeito da Pandemia sobre os Entregadores de Plataforma	54
5.4 O Breque dos Apps – Resistência e Desafios Organizacionais dos Entregadores Antifascistas.....	56
5.5 Síntese do capítulo	72
6 IFOOD: DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS À RETALIAÇÃO	75
6.1. Repercussões Legais	82
6.2 Síntese do capítulo	84
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

Lista de Siglas

AMASP: Associação dos Motoristas e Entregadores de São Paulo

APP: *Asociación de Plataformas de Trabajo*

ATR: *Agrupación de Trabajadores de Reparto*

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

CUT: Central Única dos Trabalhadores

EAF: Entregadores Antifascistas

GMB: *General, Municipal, Boilermakers and Allied Trade Union*

IWGB: *Independent Workers of Great Britain*

IWW: *Industrial Workers of the World*

MPT: Ministério Público do Trabalho

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PMN: Partido da Mobilização Nacional

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SINDIMOTOS: Sindicato dos Motociclistas e Entregadores de São Paulo

SUS: Sistema Único de Saúde

TRP: Tribunal Regional do Trabalho

UNIDAPP: *Unión de Trabajadores de Plataformas*

PL: Projeto de Lei

1 INTRODUÇÃO

No dia 1 de julho de 2020, entregadores dos aplicativos *iFood*, *Rappi*, *Uber Eats* e *Loggi* se mobilizaram no Distrito Federal e em cidades como Aracaju (SE), Belo Horizonte (MG), Campinas (SP), São Paulo (SP), Piracicaba (SP), Fortaleza (CE), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Teresina (PI), Maceió (AL), Goiânia (GO), Rio Branco (AC) e Belém (PA).¹ A greve, que ficou conhecida como “Breque dos Apps”, contou com a participação de diversos sindicatos e coletivos, com destaque especial aos Entregadores Antifascistas. Segundo uma porta-voz dos entregadores, nos dois anos que antecederam as mobilizações, diversas mudanças em relação às taxas de pagamento e ao *modus operandi* foram implementadas pelas plataformas. Com a declaração da pandemia e a promoção involuntária dos entregadores a “trabalhadores essenciais” (com responsabilidade de entregar comida à porta daqueles que podiam optar pelo isolamento social), a insatisfação com o modelo de trabalho proposto se intensificou, agora com o agravante da constante exposição ao vírus, sem qualquer suporte por parte das plataformas.² Na altura, as principais reivindicações incluíam o aumento do valor das corridas, fornecimento de equipamentos de proteção individual para higiene e segurança e o fim dos bloqueios indevidos pelas plataformas (COELHO *et al.*, 2021).

O objetivo deste trabalho é investigar as circunstâncias que conduzem à mobilização e, posteriormente, à desmobilização dos trabalhadores de plataformas digitais, com um estudo de caso focado nos Entregadores Antifascistas. A escolha deste coletivo se justifica por diversos fatores, entre os quais se destaca a projeção nacional alcançada, que contribuiu para a construção, senão de uma identidade coletiva propriamente dita, ao menos de uma percepção dessa identidade por parte do público em geral. Além disso, como destacado por Lourenço Filho (2021), o grupo se destacou pela conotação política atribuída à greve: eles não se limitaram a reivindicar direitos vinculados à sua realidade imediata, mas expandiram o debate para incluir a ampliação dos direitos políticos de forma abrangente, criticando a política do governo brasileiro da época.

¹Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/01/entregadores-de-aplicativos-fazem-manifestacoes-pelo-pais.ghtml> >

² Disponível em: <<https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/cotidiano/o-que-e-invisivel/breque-dos-apps-entenda-as-reivindicacoes-dos-entregadores/>>

Entretanto, após o auge em 2020 e 2021, o grupo começou a exibir sinais de desorganização e entrou em um processo gradual de declínio e aparente desintegração. A estrutura do movimento era organizada por estados, com páginas no *Instagram* para São Paulo³, Rio de Janeiro⁴, Pernambuco⁵, Rio Grande do Sul⁶, Espírito Santo⁷, Minas Gerais⁸, Rio Grande do Norte⁹ e Distrito Federal¹⁰, Bahia¹¹ e Ceará¹², além de uma página geral¹³. Na altura da submissão deste trabalho, em Setembro de 2024, apenas a página geral continua a publicar esporadicamente, compartilhando textos de entregadores que relatam suas dificuldades e recortes de entrevistas com membros, incluindo Paulo Galo, ativista que na época foi apontado por muitos como líder do movimento. No caso do Rio de Janeiro, a última postagem ocorreu em 9 de agosto de 2021, quando anunciaram a dissolução do grupo, citando dificuldades de organização e o acúmulo de capital político por parte de algumas lideranças. Foi a única página a emitir uma nota oficial sobre a dissolução.

Esta pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica de conceitos-chave relevantes para o nosso tema. Analisaremos a formação da economia de plataformas, um novo sistema moldado pela modalidade de emprego permeada pelas plataformas online, destacando suas características, como o controle algorítmico que regula funções e distribui tarefas. Também abordaremos o contexto social e as transformações na relação de trabalho, especialmente com a ascensão do neoliberalismo, que permite a expansão desse sistema globalmente. Examinaremos as formas de resistência emergentes em diversos contextos, desde movimentos sociais até o sindicalismo, e exploraremos recortes temporais e geográficos variados para enriquecer nossa perspectiva. Investigaremos minuciosamente os eventos que compuseram a trajetória do coletivo que é nosso objeto de estudo, analisando sua organização, os obstáculos enfrentados e sua interação com as plataformas, entre si e com a sociedade. Para responder à nossa pergunta de investigação, testaremos as seguintes hipóteses:

³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/eafsp/>>

⁴ Disponível em: <<https://www.instagram.com/entregadoresantifascistasrj/>>

⁵ Disponível em: <<https://www.instagram.com/entregadoresantifascistaspe/>>

⁶ Disponível em: <<https://www.instagram.com/entregadoresantifascistasrs/>>

⁷ Disponível em: <<https://www.instagram.com/entregadoresantifascistases/>>

⁸ Disponível em: <<https://www.instagram.com/entregadoresantifascistasmg/>>

⁹ Disponível em: <<https://www.instagram.com/entregadoresantifascistasrn/>>

¹⁰ Disponível em: <<https://www.instagram.com/entregadoresantifascistasdf/>>

¹¹ Disponível em: <<https://www.instagram.com/entregadoresantifascistasba/>>

¹² Disponível em: <<https://www.instagram.com/entregadoresantifascistasce/>>

¹³ Disponível em: <https://www.instagram.com/entregadores_antifascistas/>

1. A coexistência de diferentes discursos e projetos políticos dentro do movimento dos Entregadores Antifascistas, combinada com a dificuldade de alinhar as demandas específicas da categoria aos perfis mais amplos dos sindicatos, contribuiu para a fragmentação do movimento, que não conseguiu estabelecer frentes de apoio organizacional compatíveis com seus objetivos de longo prazo.
2. A exposição midiática que centralizou Paulo Galo como líder dificultou a construção de uma identidade coletiva e de uma agenda de reivindicações representativa entre os entregadores antifascistas.
3. O alcance conquistado pelo grupo teve um efeito ambíguo: enquanto popularizou as demandas da classe, também o tornou o coletivo suscetível a represálias desproporcionais por parte da principal plataforma de entrega no Brasil, o *iFood*, contribuindo significativamente para sua desmobilização.

Embora diversos estudos tenham analisado as mobilizações de entregadores de plataforma – assim como de outros trabalhadores precarizados – em diferentes contextos globais, a literatura tende a focar predominantemente nos processos de mobilização desses grupos, nas questões em torno das quais se organizam e nas estratégias utilizadas para superar os diversos obstáculos encontrados. No entanto, os estudos sobre os processos de desmobilização e suas causas têm recebido menos atenção. As particularidades do caso dos Entregadores Antifascistas, com a rápida construção de um movimento altamente reconhecível e projetado nacionalmente, bem como as ações repressivas adotadas pela principal plataforma de *delivery* do Brasil como resposta a esse movimento, tornam este coletivo um objeto relevante de estudo, preenchendo assim uma lacuna importante na literatura.

1.1 Metodologia de Pesquisa

Conforme sinalizamos anteriormente, o intuito deste trabalho é investigar as circunstâncias que levam às mobilizações e desmobilizações de resistência dos trabalhadores de plataforma. Para isso, será realizado um estudo de caso sobre o coletivo Entregadores Antifascistas. A escolha desse grupo se deve à relevância que conquistou, especialmente devido à projeção nacional e à ampla cobertura midiática. Além disso, como o próprio nome sugere, há uma intenção evidente de politizar o discurso, situando a demanda por mais direitos em um contexto político mais amplo. Essa tendência de resistência política não era observada empiricamente desde as greves dos sindicatos de metalúrgicos na década de 1970

(LOURENÇO FILHO, 2021). Apesar do sucesso inicial — ou talvez precisamente por conta dele — o coletivo acabou se desorganizando.

Como este trabalho se baseia num estudo de caso específico para tentar alargar a compreensão sobre um fenômeno social mais amplo, o *process tracing* parece ser a metodologia mais adequada para alcançar o objetivo proposto. O método envolve o exame e posterior “diagnóstico” de partes de evidência em um estudo de caso, de modo a apoiar ou invalidar hipóteses explanatórias. A preocupação central é com as sequências e mecanismos no desenrolar de processos causais. Ao pesquisador, cabe buscar implicações observáveis, frequentemente examinadas num nível de detalhe ou análise mais aprofundados do que aqueles apresentados nas teorias relevantes. O objetivo é estabelecer se eventos ou processos dentro caso cabem nas explicações alternativas previstas. Ao se concentrar nas etapas intermediárias de diagnóstico em um processo causal hipotético, o *process tracing* pode oferecer alavancagem inferencial em dois problemas que são desafiadores apenas por meio de análise estatística. Mais concretamente, envolve diversos tipos de testes empíricos, com foco em múltiplas evidências de caráter probatório (BENNET, 2010).

Partiremos de uma revisão aprofundada da bibliografia para analisar detalhadamente os tópicos pertinentes e estabelecer uma base teórica sólida. Para testar as hipóteses propostas, faremos uma avaliação minuciosa dos eventos que marcaram o período de atividade dos Entregadores Antifascistas, desde sua formação e as greves realizadas até a desmobilização. A coleta de dados será realizada por meio da revisão de entrevistas dos membros para a mídia, reportagens na imprensa, pesquisas nacionais e informações de portais oficiais sobre investigações em andamento relacionadas às ações contra as plataformas de aplicativos. Além disso, outras pesquisas acadêmicas sobre o grupo e o tema também serão consultadas para auxiliar na busca de respostas para a questão central deste trabalho.

2 A ECONOMIA DE PLATAFORMAS

A organização coletiva de entregadores de plataformas, manifestada em movimentos sindicais e políticos ao redor do mundo, pode ser considerada uma busca por melhores condições de trabalho em um setor caracterizado pela rápida expansão e precariedade. A flexibilidade e a instabilidade associadas a esse tipo de trabalho resultam de um complexo entrelaçamento de fatores, como a globalização, a inovação tecnológica e a adoção de políticas econômicas liberais que têm desmantelado as proteções trabalhistas tradicionais. Neste capítulo, analisaremos como essa dinâmica, que transcende o setor de plataformas, tem moldado um mercado de trabalho cada vez mais precário. Após essa introdução, abordaremos a economia de plataformas e o papel crucial dos algoritmos, que exercem um controle significativo sobre o trabalho dos entregadores, determinando rotas, horários e remuneração, e exploraremos suas implicações para a organização e regulamentação do trabalho na era digital.

2.1 A flexibilização do trabalho

Ao longo dos anos, o campo de trabalho passou por mudanças significativas. Grande parte dos paradigmas atuais foi estabelecida durante o período pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente em sociedades industriais que experimentaram um crescimento econômico notável nessa época. Após 1945, amplos direitos foram estabelecidos, como a proteção contra práticas injustas no ambiente de trabalho, acesso a segurança social (seja oferecida pelo Estado ou pela entidade empregadora), salários dignos e algum grau de estabilidade profissional. Esses conceitos compõem o que hoje entendemos por “contrato padrão de trabalho”. A proteção laboral, é importante ressaltar, não veio somente pelo aspecto contratual — as políticas públicas também eram, de alguma forma, orientadas para reforçar o ideário de segurança por meio de requerimentos regulatórios, sendo exemplos: oferecimento de efetiva proteção contra demissões arbitrárias, reduções de pessoal propositalmente caras e limites rígidos para vínculos empregatícios fora do padrão - como trabalhadores meio período, temporários, independentes etc. (STONE; ARTHURS, 2013).

Ainda para os autores, o ecossistema atuava em certo equilíbrio: o Estado promovia e normalizava o contrato padrão de trabalho, criando postos e treinamento, além de conseguir

viabilizar o estado de bem-estar social pela arrecadação estável de impostos pagos pelas empresas. O acesso de grande parte da população a uma remuneração justa ampliava significativamente o potencial de consumo e investimento, fazendo o mercado interno crescer consideravelmente. Os trabalhadores, por sua vez, conseguiam contar com o asseguramento de benefícios como aposentadoria, férias remuneradas e seguro de saúde, além de conseguirem desenvolver uma gama de habilidades por permanecerem mais tempo nos postos de trabalho.

Partindo para um exemplo concreto, Rahman e Thelen (2019), apontam que até os Estados Unidos, especialmente durante a era do *New Deal*, conseguiu predominar um contrato social baseado em empresas consolidadas, que operavam sob o modelo empregado pela *General Motors* e *Ford*. Essas empresas conseguiam fornecer benefícios sociais abrangentes, como pensões e seguro de saúde, bem como oportunidades de mobilidade e progressão na própria empresa, em concordância com o que a literatura que abordamos anteriormente apontou. Além disso, essas corporações eram poderosas, mas também regulamentadas com rigor e mantinham relações próximas com as autoridades reguladoras federais. Ainda, com auxílio das leis antitruste e de regulamentação financeira, as empresas eram impedidas de crescer demasiadamente ou que a riqueza gerada fosse empregada de acordo com interesses próprios — o que permitiu que o país conseguisse criar uma certa proteção social, mesmo com uma economia política bem distinta do modelo democrático europeu, por exemplo.

Stone e Arthurs (2013) ressaltam que os pontos do contrato de trabalho padrão sempre foram bastante variáveis, dependendo das configurações históricas e políticas de cada país. Enquanto algumas nações conseguiram criar as estruturas institucionais e o ambiente social propício para a adoção de determinadas medidas, outras deixaram essas responsabilidades a critério dos empregadores, por vezes os forçando a negociar diretamente com sindicatos. Além disso, mesmo nos tempos de prosperidade do contrato padrão, alguns trabalhadores sempre gozaram de mais proteção do que outros, a depender da área de atuação (grandes manufaturas e setor público ofereciam maior segurança em oposição a pequenas empresas do setor de serviços), gênero (homens eram mais privilegiados que mulheres) e posição social (imigrantes e minorias mais suscetíveis a posições vulneráveis.).

Porém, ainda para os autores, nas últimas três décadas a globalização, as novas tecnologias e as novas estratégias de gestão foram ganhando um novo protagonismo e, como

resultado, as proteções laborais conquistadas anteriormente foram amplamente desmanteladas. As estruturas legais e regulatórias foram se modificando para se adaptar à lógica do livre mercado, e as empresas acompanharam essa transformação. Para Antunes (2018), a atual hegemonia do mercado financeiro se materializa numa constante demanda pela maximização de lucros: isso significa mais pressão para os trabalhadores elevarem sua produtividade, uma constante busca pela redução de custos e uma preferência por contratos de trabalho intermitentes e/ou flexíveis.

De acordo com Stefano (2015), a flexibilização do trabalho, que pode transferir riscos para o trabalhador e gerar instabilidade salarial, está se tornando uma realidade cada vez mais comum em muitas sociedades. Em economias mais desenvolvidas, há um aumento no uso de modalidades de contratação intermitentes, como o contrato *zero-hour*, que permite uma maior facilidade na contratação e demissão de trabalhadores. Algumas empresas utilizam formas extremas de flexibilização, muitas vezes para evitar responsabilidades fiscais e obrigações com a segurança social, que são dependentes de vínculos empregatícios formais na maioria das jurisdições. Por meio da terceirização e de outras formas “disfarçadas” de contratação, grandes grupos de trabalhadores são excluídos da proteção laboral e social.

Antunes (2018) aponta como exemplo o já mencionado *zero-hour*, modelo muito empregado no Reino Unido. Este não possui determinação de horas, ou seja, os trabalhadores se colocam ao dispor da empresa para serem chamados para o trabalho a qualquer momento e só recebem pelas horas em que exerceram atividade laboral. Na Itália, existiu uma forma de trabalho ocasional (posteriormente suspensa pelo governo, por pressão popular) cujo pagamento era feito por *voucher*, que era trocado pelo equivalente monetário, conforme o salário-mínimo legal pago por hora trabalhada. Em Portugal a mesma prática é denominada “recibos verdes” e ainda continua amplamente utilizada. Estes modelos são utilizados para uma gama variada de profissões, como médicos, enfermeiros, advogados, tradutores, cuidadores de crianças e idosos, etc.

Conforme pudemos observar, o aumento da flexibilidade e precariedade no mercado de trabalho não ocorreu abruptamente, mas sim como resultado de diversos fatores que se combinaram ao longo do tempo, estabelecendo-se gradualmente em muitas sociedades. Não é possível prever se o modelo de trabalho mediado por aplicativos, que abordaremos mais adiante, alcançaria sucesso caso o mercado de trabalho fosse mais regulamentado, entretanto,

pode-se afirmar com certa segurança que o modelo se beneficiou da fragilidade das relações trabalhistas. Ainda:

[...] Os capitais informáticos e financeiros, numa engenhosa forma de escravidão digital, se utilizam cada vez mais dessa pragmática de flexibilização total do mercado de trabalho. Assim, de um lado deve existir a disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho online e dos 'aplicativos' que tornam invisíveis as grandes corporações globais que comandam o mundo financeiro e dos negócios. De outro, expande-se a praga da precariedade total, que surrupia ainda mais os direitos trabalhistas vigentes. (ANTUNES, 2018, p. 34)

A economia de plataformas, de acordo com Drahokoupil e Fabo (2016), refere-se às plataformas digitais que facilitam o acesso a bens e serviços, além de permitir a terceirização da mão de obra. Essas plataformas estabelecem a conexão entre oferta e demanda, criando uma nova forma de organizar o mercado. A *Uber*, pioneiro nesse modelo, ampliou os níveis de flexibilidade e precarização ao eliminar o contrato de trabalho. Consequentemente, houve uma redução nos custos trabalhistas, enquanto as empresas buscavam constantemente contornar as regulamentações regionais e nacionais, exercendo um poder inegável, sobretudo sobre os trabalhadores (RAHMAN; THELEN, 2019).

2.2. Controle Algorítmico na Era da *Uber*

Para Moraes *et al.* (2019), o avanço dessas plataformas provocou mudanças sem precedentes nas relações laborais, especialmente pela sujeição de seus trabalhadores a uma autoridade externa: o algoritmo. Este detém o poder de organizar suas demandas, determinar onde e quando as tarefas devem ser executadas e qual valor eles irão receber por elas. Antunes e Filgueiras (2020) complementam, acrescentando que a negação da relação de trabalho ou o rótulo de trabalho autônomo, quando combinada ao contrato por tarefa, deixa os trabalhadores sem salário, renda ou jornada garantida, mesmo quando conseguem um serviço. Os autores concordam sobre poder do algoritmo, que definem como a grande novidade desta nova organização de trabalho introduzida, e compreendida como "programas comandados pelas corporações globais, para processar grande volume de informações (tempo, lugar, qualidade) que permitem direcionar a força de trabalho segundo a demanda em todos os seus momentos." (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 33).

Além disso, as plataformas permeiam uma concorrência permanente entre os trabalhadores e isso começa dentro mesmo do aplicativo, onde eles são colocados para disputar pelo trabalho a ser executado:

Assim, um amplo contingente (recrutado em diversas profissões, em sua maioria desempregada) fica à disposição da plataforma, para competir entre si, permitindo que haja sempre a possibilidade real de rebaixamento salarial. Essa baixa remuneração converte-se em importante mecanismo para a imposição de longas jornadas, uma vez que para sobreviverem, são obrigados a arcar com o conjunto dos custos de manutenção, comprando ou alugando carros e motos e assim contraindo dívidas que dependem dos salários percebidos para serem quitadas. De fato, quanto menor a tarifa paga, mais horas de trabalho serão necessárias para garantir a sobrevivência do indivíduo (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 34)

Os autores também salientam que a retórica dessas empresas teve papel importante no sucesso que elas experimentaram, principalmente durante os primeiros anos, quando tudo era novidade. O discurso sobre “liberdade e flexibilidade” por muito tempo foi usado para atrair os trabalhadores, que acreditavam estarem diante de uma forma de trabalho que pudesse ser exercida como, quando e onde quisessem. Moraes *et al.* (2019), relembram que o sucesso da *Uber* e congêneres não tem a ver com a eficiência tecnologia em conectar motoristas a passageiros — táxis já conseguem ter tecnologia similar em vários cantos do mundo. Seu diferencial mora na habilidade de se desviar do pagamento de impostos e encargos estabelecidos pelo setor e pela supressão dos direitos trabalhistas.

De acordo com Collier *et al.* (2018), a *Uber* obteve sucesso também ao adotar uma abordagem “disruptiva”, desafiando constantemente as regulamentações existentes. Ao afirmar ser uma empresa de tecnologia e não de transporte, conseguiram em ampla medida escapar das regras impostas aos serviços de táxi, como controle de preços, registro de motoristas, licenciamentos, requisitos de seguros e medidas de segurança ao consumidor. Essa entrada nos mercados de forma extralegal forçou os governos locais a agirem, mas geralmente isso ocorria depois que a *Uber* já havia conquistado inúmeros motoristas e consumidores. Os governos se depararam com duas opções: proibir a empresa de operar na jurisdição (geralmente enfrentando protestos dos clientes que apreciam a facilidade e os preços competitivos) ou ajustar a regulação existente para abranger as demandas desse novo *player*. As respostas têm sido variadas, dependendo de vários fatores em cada localidade, mas os autores destacam a eficácia das estratégias de apresentação da empresa, que conseguiram fácil e rapidamente penetrar na maioria dos mercados desejados.

2.3 Síntese do capítulo

No capítulo, examinamos a evolução do mercado de trabalho e as mudanças nas proteções laborais ao longo das décadas. Após a Segunda Guerra Mundial, o contrato padrão de trabalho emergiu como um modelo de segurança para os trabalhadores, respaldado por um forte suporte estatal e regulamentações rigorosas (STONE; ARTHURS, 2013). Este modelo garantiu não apenas proteção contra práticas injustas, mas também acesso a benefícios como segurança social, salários dignos e estabilidade profissional.

No entanto, nas últimas três décadas, uma combinação de globalização, novas tecnologias e estratégias de gestão tem minado essas proteções (ANTUNES, 2018). A flexibilização do trabalho, impulsionada por uma busca incessante pela maximização de lucros, resultou em uma erosão significativa das garantias laborais estabelecidas anteriormente. O crescimento da economia de plataformas, exemplificado pela *Uber*, tem exacerbado essa precarização. As plataformas digitais eliminaram contratos formais e transferiram o controle para algoritmos, que determinam as condições de trabalho e a remuneração dos trabalhadores (DRAHOKOUPIL; FABO, 2016; MORAES *et al.*, 2019).

Este novo modelo criou uma competição intensa entre os trabalhadores, que são obrigados a competir entre si dentro das próprias plataformas, exacerbando a insegurança e a desigualdade no mercado de trabalho. A capacidade das empresas de contornar regulamentações regionais e nacionais e a abordagem disruptiva adotada pela *Uber* e similares revelam a fragilidade das respostas regulatórias frente a essa nova realidade laboral (Collier *et al.*, 2018). A transformação do mercado não representa apenas uma mudança nas formas de contratação, mas uma reconfiguração profunda das relações de trabalho e das estruturas de poder, evidenciando uma crescente vulnerabilidade dos trabalhadores diante de um sistema que favorece a flexibilidade e a precarização.

3 ENTRE TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS: MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

No capítulo anterior, exploramos a crescente precarização e flexibilização do trabalho, evidenciando a erosão das proteções laborais ao longo dos anos. Essa realidade desencadeou diversas respostas por parte dos trabalhadores ao redor do mundo. Para começar a compreender essas formas de resistência, é essencial ampliar nossa perspectiva para entender como e em torno de quais problemáticas diferentes atores têm se organizado ao longo dos anos e em diversas sociedades.

Neste capítulo, vamos explorar algumas realidades de organização, todos relevantes para nosso objetivo de compreender os fatores de mobilização e desmobilização dos trabalhadores de plataforma: os movimentos sindicais, sociais e aqueles que são uma interseção de ambos, denominados aqui como “sindicalismo de movimento social”. Nesse sentido, além de explorarmos algumas mudanças conceituais nas abordagens, faz-se útil também compreender, acima de tudo, as transformações culturais, econômicas e políticas que desencadearam tais movimentos.

Neste sentido, estabelecemos um recorte temporal que vai desde meados da década de 1960 até os movimentos de dissidência do novo milênio. Esse período foi escolhido por ser um momento de intensas transformações, cujas repercussões se estendem até os dias atuais. As mudanças ocorridas durante esse intervalo proporcionam um panorama rico para compreender a evolução dos movimentos sociais e a dinâmica da mobilização sindical. Em seguida, abordaremos conceitos teóricos que são úteis para compreender a desorganização de movimentos sociais, uma questão central que acreditamos ser relevante também para nosso estudo de caso. Esses conceitos nos ajudarão a analisar como e por que certos movimentos podem enfrentar dificuldades em manter sua coesão e efetividade ao longo do tempo.

3.1 Movimentos Sociais

Ao longo da história, as condições impostas pelo capitalismo fizeram emergir o proletariado como classe, como pode se observar no surgimento da chamada *working class* na

Inglaterra do século XIX. Tal movimentação surgiu para agir em defesa da comunidade, e não raro em resposta às crescentes inovações tecnológicas. A impressão de uma mobilização inflamada por ideais progressistas, emancipatórios e revolucionários não é, portanto, correta (ESTANQUE, 2009). Não podemos, também, presumir que a dimensão reivindicativa de uma ação coletiva resulta automaticamente no nascimento de um movimento social. Ainda segundo o autor, sob a ótica de Alain Touraine, um movimento social se caracteriza pela existência dos seguintes pontos: formação de uma identidade coletiva, oposição (um adversário comum identificado) e totalidade (objetivos sociais mais amplos, ancorados num projeto social alternativo).

Ao longo dos anos, porém, o termo foi sujeito a múltiplas definições e interpretações, sendo influenciado por fatores como região geográfica e contexto histórico. Na Europa, por exemplo, houve predileção acadêmica pela teoria dos Novos Movimentos Sociais. Inspirada pela efervescência político-cultural de 1968, iniciada com o famoso maio francês e sua histórica greve geral e com a Primavera de Praga, essa teoria propõe uma análise aos acontecimentos que se espalharam pelos quatro cantos do mundo na altura. Estes movimentos, segundo Alonso (2009) pela definição de Habermas (1981), se organizam como forma de resistência simbólica, reivindicando melhores condições de vida:

Os novos movimentos sociais seriam “subculturas defensivas”, nascidas em reação a “situações-problema”. Sua base social seriam grupos cujo estilo de vida teria sido afetado por dois grandes tipos de gêneros. De uma parte, formar-se-iam em torno dos *green problems*, isto é, dos efeitos colaterais do desenvolvimento capitalista: poluição, urbanização, experiências com animais para produção de remédio etc. De outra parte, seriam reações a problemas da *over-complexity* da sociedade contemporânea: riscos potenciais de usinas nucleares, poder militar, manipulação genética, controle e uso de informações pessoais, isto é, problemas que geram “riscos invisíveis” (HABERMAS, 1981 apud ALONSO, 2009, p.62)

Ponge (2009) observa que, embora os movimentos de 1968 exibissem uma notável diversidade, suas reivindicações compartilhavam raízes profundas nas preocupações globais do período pós-Guerra. Embora, conforme expusemos no capítulo anterior, essa tenha sido uma época em que o trabalho era mais regulamentado, as sociedades ainda enfrentavam uma gama de diversos desafios. Este período foi marcado por diversas mobilizações e lutas da classe trabalhadora em busca da libertação nacional e da expropriação capitalista. Eventos significativos incluíram o despertar da classe trabalhadora no Leste Europeu, que se insurgiu contra a ditadura dos partidos stalinistas, os levantes operários na Alemanha Oriental em 1956,

as Revoluções dos Conselhos Operários na Polônia e Hungria, além das greves na União Soviética. Paralelamente, ocorreram intensas lutas anti-imperialistas que culminaram na Revolução Cubana de 1959, bem como um significativo processo de descolonização, marcado pela perda de impérios por parte de países como França e Grã-Bretanha. No continente americano, destacou-se a luta estudantil contra a Guerra do Vietnã e a luta contra a discriminação racial nos Estados Unidos, bem como as greves estudantis em oposição à repressão policial no México e as mobilizações pela reforma universitária no Chile. Importante ressaltar que esses movimentos não eram exclusivamente estudantis, embora a juventude, incluindo universitários, estudantes do ensino médio, trabalhadores e camponeses, tenham desempenhado um papel de destaque. Esses grupos enfrentavam dificuldades significativas em relação às oportunidades de educação e emprego. Ainda:

A principal característica consiste, entretanto, na recusa em sofrer as consequências das “reestruturações” — reorganização da produção, reformas universitárias, etc. — impostas pela lógica do capital. Destacam-se também as mobilizações contra as diversas formas de opressão, quer seja contra as violências policiais, contra os regimes ditatoriais ou contra a discriminação racial. Nos países do Leste, o eixo central reside na exigência de democracia, o que abrange tanto a resistência às “normas” impostas pelas ditaduras stalinistas como o reclamo do direito de livre organização sindical e partidária. (PONGE, 2009, p. 45)

Escobar e Alvarez (2018) argumentam que foi na década de 80 que essa abordagem teórica ganhou mais expressividade na América Latina, impulsionadas pelas transformações nas condições históricas e nas práticas de ações coletivas. Anteriormente, especialmente entre os anos 1960 e 1970, os acontecimentos do continente eram abordados na academia pelo cunho funcionalista e marxista, até que a reflexão crítica passou a reconhecer o caráter limitado dessas abordagens. Essa mudança de paradigma teve como pano de fundo o cenário pouco favorável do continente na altura: o já complexo processo de transição democrática que muitos países passaram foi piorado pela crise da dívida externa latino-americana. Para buscar estabilidade financeira, os países adotaram medidas de austeridade, que resultaram na diminuição da qualidade de vida da população de classes médias e populares. Exclusão social e violência disparavam. Além disso, houve um declínio na indústria devido à implementação de políticas neoliberais e de livre mercado, resultando em um crescimento econômico negativo em alguns países. Mesmo neste cenário pouco propício para ação coletiva, uma vez que a própria sobrevivência já era desafiada pela constante repressão, exclusão e exploração, diversas mobilizações ocorreram.

Essa liberalização permeou o nascimento de uma gama de movimentos que escapavam do contexto de organização política vigente em torno de partidos e dos sindicatos, sendo alguns exemplos: o Movimento Sem Terra, criado no Brasil em 1979 visando reivindicar o acesso a terras improdutivas através da reforma agrária; a associação *Acción Ecológica* equatoriana, com oposição de parte do movimento ecologista contra as concessões do Estado a grandes empresas petrolíferas; o *Movimiento Urbano Popular México* criado em 1981 promovendo mobilizações em prol de habitação; a *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat e a Unión de Trabajadores Desocupados* na Argentina, criada no auge da crise econômica em 1997; a *Central Indígena del Oriente Boliviano* em torno de mobilizações eleitorais de apoio ao presidente Evo Morales em 1982, dentre muitas outras (GOIRAND, 2009).

Com formas criativas de ativismo e intervenção pública, os Novos Movimentos Sociais introduziram formas mais democráticas de organização, fora da antiga lógica de velhos movimentos sociais e políticos. Outras novidades trazidas pelo movimento incluíam estruturas mais flexíveis, lideranças efêmeras e relativamente espontâneas, objetivos de luta imediatos e a longo prazo, além de denúncias locais e globais. Ao reunirem diversos segmentos sociais, a juventude politizada conseguiu criar uma grande espetacularização, que atraiu bastante atenção midiática. Ainda assim, as alianças não resultaram numa estratégia política de longo prazo, tampouco conseguiram criar um modelo alternativo de sociedade (ESTANQUE, 2009).

Se as transformações em nosso paradigma social já estavam se tornando evidentes antes da virada do milênio, elas se intensificaram ainda mais desde então. Para Castells (2013), as injustiças sociais — presentes em todas as sociedades, em maior ou menor grau — manifestaram-se de várias formas: exploração econômica constante, pobreza exacerbada, regimes de governo antidemocráticos, censura, brutalidade policial, terrorismo, intolerância, sexismo, homofobia, descaso com o meio ambiente, racismo, xenofobia, entre tantas outras atrocidades. Essas condições serviram como alicerces para a manutenção de uma ordem social que se tornou insustentável para muitos. Em resposta, surgiram novas formas de luta contra essa dominação:

Compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais. Uniram-se. E sua união os ajudou a superar o medo, essa emoção paralisante em que os poderes constituídos se sustentam para prosperar e se reproduzir, por intimidação ou desestímulo — e quando necessário pela violência pura e simples, seja ela

disfarçada ou institucionalmente aplicada. Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público, num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história — sua história —, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais. (CASTELLS, 2013, pp. 10-11)

Ainda segundo o autor, foi a humilhação provocada pelo descaso daqueles no poder — seja político, cultural ou econômico — que uniu pessoas de contextos diversos, em torno de uma rede de protestos amplamente propiciados e difundidos pelas redes. São exemplos notórios a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, a Revolução das Panelas na Islândia, os Indignados na Espanha, e as Jornadas de Junho no Brasil. No último exemplo, a onda de protestos foi iniciada pela revolta ao aumento dos preços do transporte público, mas logo a pauta se diluiu para dar vazão a uma indignação adormecida com o descaso do Estado à população — embora o país tenha reduzido a pobreza e investido em políticas de inclusão social, não se viu um florescimento significativo para além do crescimento do consumo. Para Ferraz (2019), essa insatisfação popular também apontava para a burocratização e institucionalização de alguns movimentos sociais, que uniram forças com o Estado e atores políticos de uma forma insatisfatória.

As características divergentes de cada movimento nos interessam menos do que o legado que deixaram e os pontos em comum no seu organizar. Ainda de acordo com Castells (2013), na altura — e mesmo agora, alguns anos depois — é cedo para avaliar o resultado dessas mobilizações, embora muitos tenham conseguido atingir resultados inegavelmente palpáveis. Na opinião dele, o verdadeiro significado de um movimento social é a produtividade histórica e cultural da sua prática e os efeitos que consegue causar na sociedade que tentou transformar. Os autores ainda julgam que os movimentos se iniciam com o já mencionado período de liberação, onde as frustrações são expressas mais firmemente, seguido de um apelo por novas formas de deliberação, representação e participação política. Nesse curso natural, os movimentos se dissolvem em suas atuais condições de existência, seja se tornando um ator político, num partido ou em alguma outra forma de agência.

3.2 Sindicalismo

Em relação ao sindicalismo no contexto europeu, aqui consideramos o contexto econômico e político a partir de meados de 1974 como ponto de partida. A crise do petróleo no

continente trouxe preocupações sobre a viabilidade do modelo de bem-estar europeu: com as economias asiáticas em ascensão, a economia financeira e o monetarismo começaram a ganhar destaque em relação às empresas e indústrias e neste contexto, passou-se a acreditar que a economia europeia era deficitária em comparação aos EUA e à Ásia. Assim, aumentou-se a pressão para que a intervenção estatal na economia fosse mínima, atuando apenas como complemento da sociedade e dos agentes econômicos, ou seja, apenas quando a iniciativa privada fosse incapaz de agir (ESTANQUE, 2013).

Ainda de acordo com o autor, este processo não foi isento de tensões, nem linear e uniforme em todas as democracias do continente. Embora a economia de mercado tenha se tornado cada vez mais presente, o desequilíbrio de poderes, a força política, militar e tecnológica, o poderio geopolítico e a solidez das instituições fizeram surgir dinâmicas muito diversas: os países nórdicos adotaram um modelo social-democrático, enquanto Itália, Alemanha e França seguiram sua tradição mais corporativista, e o Reino Unido optou por um modelo mais liberal. O que se observou, entretanto, foi uma contínua redução do estado de bem-estar, com o modelo *keynesiano* sendo substituído pelo novo mercantilismo global. Aos Estados, coube deixar os mercados se autorregularem e assegurar as condições básicas para a competição. A esfera laboral também se transformou de acordo com as peculiaridades de cada região, mas alguns pontos permanecem comuns:

- 1) estagnação e declínio do sector secundário e com ele a redução do emprego industrial em favor do sector terciário e da informação; 2) aumento dos níveis de sindicalização entre as categorias da classe média, nomeadamente no funcionalismo público, mas o mesmo acentuou a lógica neocorporativista; 3) novas divisões internas no seio dos assalariados, entre manuais e não manuais, entre tecnocratas e burocratas, entre novas e velhas profissões, como resultado da profissionalização da gestão, da revolução tecnológica e do impacto das novas tecnologias da comunicação —NTC; 4) crescente diferenciação interna da classe média assalariada com a emergência de novas tensões e clivagens, novas lógicas de fechamento, padrões de consumo e estilos de vida; 5) aumento da pressão dos mercados e da economia financeira, com a mercadorização a atingir todas as esferas da vida (pública e privada); 6) intensificação da flexibilização, multiplicação dos vínculos contratuais, com o crescimento de formas de trabalho antes consideradas "atípicas" como a subcontratação, o trabalho clandestino, os contratos precários, a maior facilidade de despedimento, o aumento do desemprego nos sectores qualificados e não-qualificados (ESPING-ANDERSEN, 1996; ESTANQUE E COSTA, 2011; CARMO, 2010 apud ESTANQUE, 2013).

Ainda considerando o continente europeu, o modelo de bem-estar social fazia parte de um processo social abrangente, cuja solidez derivou em grande medida do crescimento dos serviços, onde o sindicalismo desempenhava um papel crucial. O setor burocrático expandiu-

se com o aprimoramento e a planificação administrativa, acompanhados pelo impacto crescente da educação, ciência, técnica e investimentos contínuos em qualificações, estimulando o surgimento de novas camadas profissionais, como burocratas e tecnocratas. Além disso, a profissionalização da gestão, o surgimento de novas profissões, formas de contratação diversificadas e condições de trabalho variadas contribuíram para a formação de um tecido social complexo. Com as mudanças ocorridas, as classes sociais tornaram-se mais fragmentadas, as desigualdades multiplicaram-se e as diferenças étnicas, culturais, raciais e linguísticas intensificaram-se. Isso fez com que o movimento sindical ganhasse poder negocial e institucional, embora tenha perdido espaço junto à classe operária, que se enfraquecia cada vez mais. Paralelamente, os trabalhadores manuais conquistaram mais direitos, aumentaram seu poder de compra e ascenderam à classe média, enquanto seus filhos alcançaram níveis mais elevados de educação e empregos mais administrativos (ESTANQUE, 2013).

Desta forma, o crescimento da classe média caminhou de par com a sua dispersão interna e da fragmentação da classe operária, igualmente sujeita às condicionantes derivadas dos vastos investimentos em educação, em ciência e em tecnologia. Com tudo isto, a velha luta de classes que havia sido incubada nos grandes polos de concentração industrial, com especial relevo para as indústrias têxtil, siderúrgica e metalomecânica, foi cedendo o lugar a subjectividades, atitudes, comportamentos e padrões de vida mais marcados pelo individualismo, pela adaptação e pelo consumo. (ESTANQUE, 2013, p. 33)

Entretanto, é importante lembrar que o sindicalismo sempre foi plural em suas lógicas, formas de organização e referências ideológicas. Algumas correntes enfocam a vertente corporativa e institucional dos sindicatos, enquanto outras destacam seu papel como movimento social, que se alinha à defesa da democracia direta, ao autoempoderamento e à conscientização de problemas de classe mais amplos (ESTANQUE, 2013). No contexto brasileiro, especificamente, o movimento sindical teve bastante expressividade, inaugurando o que ficou conhecido como Novo Sindicalismo. No final da década de 70, com o Brasil ainda sob domínio dos militares, operários brasileiros da região do ABC Paulista se mobilizam para uma série de greves: mais de 2 mil metalúrgicos se recusaram a trabalhar para reivindicar 20% de aumento salarial. Os desdobramentos dessa movimentação foram mais significativos do que inicialmente se imaginava (LOURENÇO FILHO, 2021).

De acordo com Lourenço Filho (2021), é importante ressaltar que na altura, fazia mais de uma década que o Brasil não via mobilizações populares dessa dimensão, já que as últimas greves haviam sido reprimidas violentamente pelas autoridades estatais. Ainda que a repressão também tenha acontecido nessa onda de greves (inclusive resultando em intervenções

policiais e prisão de lideranças), já era difícil conter a insatisfação popular: além das articulações de cunho trabalhista, as insatisfações políticas e sociais tão reprimidas pelo autoritarismo do governo passaram a se manifestar nas ruas.

Para Antunes e Silva (2015), esse momento representou um marco significativo na unificação das lutas da classe trabalhadora, resultado desse rico movimento de fusão — mas também, foi nesse período que se cristalizaram as divergências no movimento sindical brasileiro. Essas diferenças foram materializadas na criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), que trouxe em seu interior a associação de diversas forças sindicais distintas

Sindicalistas independentes, oposições sindicais, militantes da pastoral operária, setores da esquerda oriundos da tradicional, mas que romperam com o sindicalismo político vigente no pré-64, todos com o objetivo de construir um sindicalismo autônomo, em oposição ao atrelamento das entidades sindicais às estruturas do Estado e, desse modo, exercerem uma nova prática, que propugnava a liberdade e autonomia sindicais, além de amplo direito de greve. (ANTUNES; SILVA, 2015, p. 515)

Todas essas vertentes de organização sindical tinham em comum demandas que ultrapassavam o limite da esfera trabalhista e tocavam amplamente o âmbito político, com exigências por eleições diretas, logo, pelo fim da ditadura militar e pela promulgação de uma nova Constituição. Ainda segundo os autores, as greves gerais por categoria foram crescendo vertiginosamente no âmbito nacional durante toda a década — de bancários a trabalhadores rurais, parecia que todos estavam se organizando. Porém, durante a década de 90, o cenário político e econômico sofreu muitas alterações: a ditadura já havia chegado ao fim, fora aprovada a nova Constituição e os primeiros presidentes eleitos — com destaque para Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994 — implementaram agendas de viés neoliberal, com o setor produtivo estatal tendo sido privatizado em larga escala: siderurgia, telecomunicações, energia elétrica e bancos sendo alguns exemplos. A combinação desses fatores com o agravante da lógica de um novo universo conduzido pelo capitalismo financeiro, avanços técnicos, científicos e informacionais levaram a transformações profundas no campo de trabalho, gerando aumento do desemprego, precarização e informalidade. O sindicalismo, por consequência, também se transformou. (ANTUNES; SILVA, 2015)

Essas transformações na objetividade e subjetividade do trabalho se deram pelo “1) desenvolvimento sistêmico de um novo complexo de reestruturação produtiva, 2) emergência de um novo e precário mundo de trabalho, 3) fragmentação de classe no Brasil (crise do

sindicalismo brasileiro)” (ALVES, 2002, p. 78). O enfraquecimento do sindicalismo se deu pela dispersão dos coletivos organizados e das bases militantes — as mesmas que haviam se fortalecido na década anterior. A precarização e desmonte das condições de trabalho e do estatuto salarial minaram amplamente o potencial de mobilização e luta sindical. As dificuldades históricas do sindicalismo em lidar com formas precárias e informais de trabalho tornaram-se mais evidentes do que nunca. O autor enfatiza, no entanto, que se tratou de uma crise no sindicalismo no Brasil e não de uma crise sindical, visto que as burocracias sindicais conseguiram, de certa forma, manter sua estrutura. O que foi observado foi uma perda na dimensão política e no caráter de luta de classes trazido pelos movimentos dos anos anteriores, assumindo agora uma tendência neocorporativista, com maior foco em negociações com o capital e consequentemente perda do antigo caráter combativo.

Durante seu período mais próspero, o Brasil exemplificou o sindicalismo de movimento social, ainda que não tenha chegado ao ideário de Waterman (2002), que se referia a este conceito como "novo sindicalismo social" e estabeleceu diversos critérios para essa abordagem. Segundo o autor, o movimento não deve se limitar à busca por melhores salários, mas também ampliar o controle dos trabalhadores e sindicatos sobre o processo laboral e políticas relacionadas a investimentos, inovações tecnológicas, educação e formação. Os trabalhadores devem se opor a trabalhos de caráter autoritário, hierárquico e tecnocrático, favorecendo produtos e serviços úteis e benéficos ao meio ambiente. Além disso, é essencial promover ideias de partilha, redistribuição de recursos, aumento do tempo livre e autodesenvolvimento cultural.

O novo sindicalismo social, conforme o autor, mantém relações estreitas com movimentos de outras classes e categorias não sindicalizadas e não passíveis de sindicalização, como profissionais liberais, e com outros movimentos democráticos e atores que possam contribuir para uma sociedade civil forte. Os sindicatos atuam como parceiros autônomos, iguais e democráticos, sem se subordinar a outras organizações ou reivindicar soberania para si mesmos. Internamente e entre organizações, o funcionamento baseia-se na compreensão da importância de associações, alianças e grupos de interesse constituídos de maneira informal, horizontal e flexível, para estimular a inovação, o pluralismo e a democracia organizacional. É fundamental que o sindicalismo adote novas causas sociais emergentes que afetam os trabalhadores, como a luta contra o autoritarismo, burocracia, sexismo e racismo e também atue ativamente nas áreas de educação, cultura e comunicação, promovendo a cultura operária e popular e apoiando iniciativas que fortalecem a democracia e o pluralismo, tanto dentro quanto

fora das instituições e dos meios de comunicação dominantes, em níveis local, nacional e global (WATERMAN, 2002).

Em um estudo sobre as primeiras mobilizações de trabalhadores de plataforma italianos, que abordaremos em mais detalhe no próximo capítulo, Chesta *et al.* (2019) destacam os sindicatos atuantes como tendo algumas dessas características. Eles podem ser vistos como uma "associação voluntária (em oposição à involuntária) de indivíduos, autônoma (em vez de subordinada) em relação aos principais interlocutores na estrutura de poder político e econômico, inclusiva (em vez de exclusiva) para trabalhadores que não são membros, e crítica (em vez de acrítica) aos princípios organizacionais políticos e econômicos existentes, instituições e elites" (CHESTA *et al.*, 2019).

3.3 Desmobilização de movimentos sociais

Uma vez feita essa exposição sobre a formação de movimentos sociais e sindicais, cabe agora explorarmos alguns conceitos teóricos sobre como eles se desorganizam. De acordo com Davenport (2015), o primeiro ponto a se observar sobre o estudo da desorganização de movimentos sociais é que se trata do elo mais fraco dentro de toda a teoria construída acerca do tema — pouca atenção parece ter sido prestada nos fatores que contribuem insucesso de mobilizações, independente do contexto que elas ocorram. O autor enfatiza que existe a desmobilização positiva, ou seja, aquela que ocorre quando as demandas exigidas pelo movimento são de alguma forma atendidas, e a negativa, quando o movimento se dissolve ou por razões internas, ou pressões externas.

No que diz respeito às pressões externas, o autor relata que desmobilização é comumente associada a uma combinação de forças que podem atuar com graus diferentes de clareza na conexão direta com a desorganização, sendo eles 1) privação de recursos, 2) esgotamento da problemática, 3) repressão estatal. O primeiro ponto aponta para a óbvia necessidade de capital humano e econômico para que mobilizações possam ocorrer — sem recursos disponíveis, é difícil para os dissidentes conseguir pagar aluguel, organizar viagens, protestos, treinamentos, bem como conseguir comida, medicamentos e se engajar nas diversas atividades planejadas. Um ponto a ser notado aqui é que as tendências apontam uma correlação entre o grau de moderação de um movimento e a capacidade de angariar recursos externos de

agências governamentais, ONGs e outras instituições: quanto mais moderação, maiores as chances de conseguir fundos, mas também maior a dependência a atores externos (DAVENPORT, 2015).

O segundo ponto diz respeito à habilidade de esvaziar a narrativa de um movimento social para desacreditá-lo. Há quem argumente o apoio governamental a criação e manutenção de movimentos sociais mais moderados como um mecanismo para reprimir e eliminar a existência dos dissidentes mais radicais, já outros argumentam que isso pode ocorrer através de propaganda ou *soft repression*, onde a população é convencida de que não existe qualquer problema a ser combatido ou que os dissidentes estão conectados a continuidade do mesmo (DAVENPORT, 2015).

O terceiro ponto discorre sobre as consequências das ações coercitivas das autoridades políticas dirigidas a quem questiona suas crenças, instituições ou ações. Este ponto foi o menos estudado até aqui, com o foco do estudo da repressão aos dissidentes focando mais na habilidade dos mesmos de engajar em protestos (*conflict-repression nexus*), e não na sustentação da existência formal de um movimento social ao decorrer do tempo. As interpretações, quando ancoradas nos elementos emocionais, podem levar a duas conclusões distintas: a repressão estatal pode gerar um medo que causa paralisação e desorganização, ou a um sentimento de injustiça que insufla ainda mais os protestos (DAVENPORT, 2015).

Existem ainda os fatores internos que podem gerar desmobilização, sendo eles 1) burnout, 2) fracionamento ou polarização, 3) perda de comprometimento, 4) perda de membros, 5) rigidez. O burnout seria uma consequência das muitas dificuldades encontradas ao tentar se organizar em qualquer tipo de reivindicação social. Nesse sentido, os dissidentes se afastam para se recuperar econômica, física e psicologicamente. Já o fracionamento ou polarização ocorrem quando os dissidentes encontram dificuldades em seguir coletivamente, o que pode ocorrer ou por divergências de opinião em relação aos objetivos a serem cumpridos, ou a respeito das táticas empregadas — embora endêmico, esse ponto continua tendo sido pouco estudado. A perda de comprometimento, no que lhe concerne, é o processo pelo qual os indivíduos perdem seu envolvimento emocional, não temem mais o custo de sair e não sentem mais a obrigação moral com o movimento. A perda de membros diz mais respeito a dificuldade em angariar novos participantes para substituir os que saem ao longo do tempo (DAVENPORT, 2015).

Por fim, a rigidez pode ser um fator significativo quando as organizações se recusam a se adaptar às mudanças — decisões tendem a ficar cada vez mais centralizadas, a comunicação mais unilateral e os líderes podem focar excessivamente em fórmulas já testadas no passado para resolver a mais variada gama de problemas que podem aparecer. A rigidez, então, mina a capacidade dos movimentos de modificar suas táticas e objetivos conforme as mudanças enfrentadas (DAVENPORT, 2015).

3.4. Síntese do capítulo

Neste capítulo, abordamos a formação de movimentos sociais e sindicais. Sobre os movimentos sociais, é relevante reiterar o ponto de Alain Touraine, trazido por Estanque (2009), de que uma simples ação reivindicativa não resulta necessariamente na formação de um movimento social. Para que isso ocorra, é necessário que haja a formação de uma identidade coletiva, a identificação de um adversário (oposição) e objetivos sociais mais amplos (totalidade). Com base nessa definição, exploramos a teoria conhecida como Teoria dos Novos Movimentos Sociais, pela interpretação de Alonso (2009) e Ponge (2009). Essa corrente teórica teve grande adesão no contexto europeu no final dos anos 1960 e, posteriormente, também foi adotada na América Latina para analisar os diversos movimentos de resistência que se formaram antes e durante o período (ESCOBAR; ALVAREZ, 2018).

Na Europa, eventos notórios como o Maio Francês e a Primavera de Praga (Ponge, 2009) geraram movimentos na forma de subculturas defensivas, centradas em problemas originados pelo desenvolvimento capitalista. Muitas dessas frustrações foram lentamente construídas com base nos desafios enfrentados pela população após a Segunda Guerra Mundial. Foram as reestruturações da sociedade e a recusa da população em sofrer com essas mudanças que provocaram essa onda global de revolta contra diversas formas de opressão. Na América Latina, a urgência pela transição democrática e a crise econômica em muitos países foram as principais fontes de inspiração para a formação de movimentos de resistência (ESCOBAR; ALVAREZ, 2018).

Nesse sentido, surgiram, de norte a sul da América, movimentos que desafiavam a lógica meramente partidária e sindical, como, por exemplo, o Movimento Sem Terra no Brasil, o

Movimiento Popular México, a *Federação de Terra, Vivienda y Hábitat* e a *Unión de Trabajadores Desocupados* na Argentina (GOIRAND, 2009). É importante destacar que esses movimentos possuíam formas democráticas de organização, com estruturas mais flexíveis, lideranças efêmeras e relativamente espontâneas, objetivos de luta tanto a curto quanto a longo prazo, além de denúncias locais e globais.

Com o passar dos anos e a ascensão do liberalismo, acompanhada pelo aumento da complexidade dos problemas sociais e pelas injustiças em sociedades cada vez mais desiguais e violentas, surgiu uma nova onda de movimentos sociais, desta vez com a tecnologia em um estado mais avançado. Exemplos disso incluem os movimentos *Occupy Wall Street*, a Primavera Árabe e as Jornadas de Junho no Brasil. Esses protestos se difundiram rapidamente pelas redes sociais e manifestaram diversas insatisfações. Contudo, não tão diferente do que ocorreu em 1968, esses movimentos também tiveram origem em uma grande frustração da população em relação ao descaso das elites, sejam políticas ou econômicas. Em ambos os casos, tratou-se de movimentos sociais que contaram com ampla adesão e espetacularização midiática, embora não tenham conseguido cumprir seus objetivos, que talvez fossem idealistas, de criar um projeto social alternativo (CASTELLS, 2013).

Sobre o sindicalismo, consideramos o mesmo recorte temporal como ponto de partida. No contexto europeu, ele está interligado com a erosão do Estado de bem-estar social. Paralelamente aos eventos que desencadearam os movimentos sociais, ocorreram transformações no campo do trabalho e na concessão de direitos que impactaram a organização da classe trabalhadora. Se, no auge do Estado de bem-estar social, os sindicatos eram parte do sistema e estavam bem-organizados, com o lento, porém constante enfraquecimento desse sistema, eles adquiriram características diferentes e passaram a perder o diálogo com a base operária, justamente devido às mudanças econômicas que criaram novas divisões internas na força de trabalho, que se concentraram mais no setor privado e menos no setor industrial. Com a crescente fragmentação das classes sociais, as desigualdades e diferenças étnicas, culturais, raciais e linguísticas se intensificaram. Em resposta, os sindicatos adotaram um perfil mais negocial para se adaptar a força de trabalho cada vez mais individualista e menos voltada para o senso de coletividade e identidade que havia formado os sindicatos operários no início do século (ESTANQUE, 2013).

No contexto brasileiro, especialmente na década de 1970, os operários se organizaram — ainda com o país sob domínio militar — e realizaram diversas greves. Nesse contexto, suas reivindicações também tiveram um cunho político, com exigências por eleições diretas. Isso levou, na época, a um aumento vertiginoso das greves por categoria, que se espalharam para o setor bancário e para os trabalhadores rurais, dentre outros, nos anos seguintes. Contudo, similar ao que ocorreu no contexto europeu, o sindicalismo no Brasil também passou por transformações significativas: a ascensão do neoliberalismo e do capitalismo financeiro, juntamente com os avanços técnicos e científicos, provocaram profundas mudanças no campo do trabalho, resultando em aumento do desemprego, precarização e informalidade. Essas mudanças resultaram na dispersão dos coletivos organizados e das bases sindicais, enfraquecendo o movimento. Embora tenha continuado a existir, assim como no contexto europeu, ele perdeu sua dimensão política e adotou um perfil mais neocorporativista. (ESTANQUE, 2013; LOURENÇO FILHO, 2021; ANTUNES; SILVA, 2015).

Sobre o estudo da desorganização de movimentos sociais, embora fundamental para compreender as dinâmicas sociais, ainda é um campo relativamente pouco explorado. Davenport (2015) destaca que a desmobilização pode ser positiva, quando ocorre porque as demandas exigidas pelo movimento são atendidas, ou negativa, quando o movimento se dissolve por razões internas ou externas. Os fatores externos são privação de recursos, esgotamento da problemática e repressão estatal, e os fatores internos são burnout, fracionamento, perda de comprometimento, perda de membros e rigidez. As pressões externas, como a repressão estatal, podem tanto paralisar quanto intensificar os movimentos, enquanto os fatores internos, como a rigidez organizacional, podem minar a capacidade de adaptação e inovação.

4 DESAFIOS E MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES DE PLATAFORMA: UMA ANÁLISE GLOBAL DAS DINÂMICAS ORGANIZACIONAIS E IDENTITÁRIAS

Neste capítulo, exploraremos os processos de formação da identidade coletiva dos trabalhadores de plataformas digitais, essenciais para a mobilização, e os desafios que enfrentam. Baseando-nos na perspectiva teórica de Della Porta *et al.* (2022), examinaremos os obstáculos particulares a estes trabalhadores especificamente: a individualização do labor promovida pela tecnologia, a dispersão geográfica que dificulta a organização em torno de um espaço físico comum, a falta de um marco legal que reconheça os direitos trabalhistas desses profissionais, a fragmentação organizacional das plataformas que enfraquece a coesão de classe, e a heterogeneidade social dos trabalhadores. Além disso, realizaremos uma análise aprofundada das formas de mobilização dos trabalhadores de plataformas na Colômbia, Argentina, Inglaterra e Itália. Esses estudos de caso são fundamentais para compreender como diferentes contextos culturais e estruturais influenciam as estratégias empregadas, moldam a formação de demandas e afetam a eficácia das táticas de mobilização. Através da análise dessas dinâmicas, buscamos identificar padrões emergentes e extrair lições que possibilitem uma compreensão mais abrangente das complexas interações e processos envolvidos na organização de resistência dos trabalhadores de plataformas digitais.

4.1 Formação de identidade coletiva dos trabalhadores de plataforma

Um dos aspectos a ser destacado em relação à mobilização dos trabalhadores de plataformas, quando analisamos sob a perspectiva dos movimentos sociais, é que essas correntes gradualmente perderam o foco em conflitos relacionados à redistribuição. Conforme já expomos anteriormente, desde a década de 90 (especialmente na Europa) os estudos *mainstream* têm se baseado em uma tendência de insatisfação social, abordando questões como gênero e meio ambiente, enquanto os estudos sobre os movimentos dos trabalhadores têm sido cada vez mais marginalizados e os sindicatos têm sido estudados principalmente como atores de interesse nas relações industriais (della Porta *et al.*, 2022).

Ainda conforme os autores, pela ótica de Caruso e Cini (2020), isso se dá em larga medida porque mesmo no auge do neoliberalismo daqueles anos, a pesquisa sobre movimentos

sociais, embora reconhecesse as condições impostas pelo capitalismo como uma das razões para a evolução dos conflitos existentes, não tinha como foco do estudo essas transformações estruturais do sistema. Por outro lado, os sindicatos nos países ocidentais também enfrentaram transformações profundas em suas abordagens de mobilização e novas estratégias e redes de colaboração foram emergindo, buscando criar parcerias mais amplas com diferentes grupos sociais e outras formas de ativismo (DORIGATTI, 2015, apud CHESTA, 2019).

Della Porta *et al* (2022) abordam uma das questões mais controversas no estudo dos movimentos trabalhistas: como a ação coletiva no ambiente de trabalho contribui para a formação de um senso de pertencimento social. Nos debates sobre a estrutura de classes, a consciência de classe é vista como resultado de condições tanto estruturais quanto subjetivas, podendo ser compreendida de maneira estrutural e processual (DUBOIS, 1978 apud DELLA PORTA ET AL. 2022). Na tradição marxista, conforme interpretada por Wright (1997) e mencionada pelos autores, são destacadas as dimensões estruturais e objetivas do processo de produção. A consciência coletiva é identificada com a posição estrutural no “ponto de produção”, isto é, a posição dos trabalhadores na hierarquia social.

Neste sentido, a ação coletiva tem papel crucial para criar as condições para a ativação da educação política, consciência de classe e organização do proletariado. Ainda para os autores, em trabalhos mais recentes como o de Alberti e Però (2019), a questão é abordada tanto considerando o local de trabalho quanto dinâmicas contextuais — ou seja, para melhor compreender a formação de identidades políticas entre os segmentos mais ativos de trabalhadores contemporâneos, é necessário considerar as características particulares do contexto social de forma mais abrangente, ao invés de focar exclusivamente no ambiente de trabalho ou em movimentos sindicais atuantes (DELLA PORTA *et al*, 2022).

Considerando a ampla oferta global de trabalho em plataformas, é compreensível que as formas de ação coletiva sejam variadas. A pesquisa de Della Porta *et al*. (2022), que destaca os estudos de Tassinari e Maccarone (2020) e Lei (2021), oferece insights valiosos sobre esse tema. Por exemplo, Tassinari e Maccarone (2020) analisaram a revolta dos entregadores de comida no Reino Unido e na Itália, motivada por baixos salários, ausência de direitos trabalhistas e falta de transparência nos pagamentos. Lei (2021), por sua vez, mostrou como a organização do trabalho pelas plataformas gerou revolta entre os entregadores chineses. Com

base nesses estudos, os autores conseguiram observar formas de ação coletiva entre trabalhadores remotos de plataformas, revelando desafios comuns, como taxas descontadas, falta de transparência e problemas de comunicação.

Enquanto na sociedade industrial o ativismo social e político ocorria dentro dos postos de trabalho, no período pós-industrial o trabalho perdeu esse lugar de referência (CHESTA *et al.*, 2019). A dispersão geográfica, especialmente relevante para os trabalhadores de plataformas, é frequentemente apontada como um desafio significativo para a ação coletiva. No entanto, Della Porta *et al.* (2022) verificou empiricamente algumas teorias que não apenas comprovam a existência dessa prática, mas também identificam tendências relacionadas. Por exemplo, a pesquisa confirmou a teoria de Wood e Lehdonvirta (2021a), que argumenta que o apoio dos trabalhadores e sindicatos em trabalhos remotos (aqueles executados de casa, como os oferecidos por sites como *Upwork*) de plataforma está relacionado à dependência dos trabalhadores em relação ao emprego. A pesquisa também comprovou a teoria de que a instabilidade na relação financeira entre os trabalhadores e empregadores é uma importante fonte de descontentamento. Nesse caso, os trabalhadores se organizam coletivamente impulsionados pela raiva, principalmente motivados por questões monetárias. Além disso, foi observado que a solidariedade entre os trabalhadores, desenvolvida por meio da comunicação digital, desempenha um papel fundamental. Tanto a solidariedade quanto a dependência são importantes para a formação de protestos coletivos, pois também influenciam as percepções de riscos e benefícios, além dos sentimentos de injustiça e raiva (Wood *et al.*, 2021).

4.2. Obstáculos organizacionais

Voltando para os trabalhadores locais de plataforma (aqui, entregadores e motoristas de aplicativo), no já citado trabalho de Della Porta *et al.* (2022), é destacado que alguns dos obstáculos da organização coletiva derivam das particularidades de fragmentação laboral provocada direta ou indiretamente pela intermediação digital das plataformas. Os autores ainda apontam que, de acordo com Huws (2014), essa fragmentação é uma política ativa desenhada para isolar os trabalhadores e, conseqüentemente, minar a capacidade de ação coletiva. Nessa pesquisa em questão, conduzida com base nas mobilizações de entregadores de comida e da Amazon na Itália, identificou-se que os obstáculos dos trabalhadores eram sempre de ordem legal, tecnológica, espacial, social ou organizacional.

A fragmentação legal diz respeito a ausência de reconhecimento de vínculo de trabalho entre os trabalhadores e a plataforma, possível pela falta de regulamentação em todo o setor. Já a tecnológica é o “o conceito da individualização das tarefas laborais como resultado e pressuposto da adoção de tecnologias digitais no processo de trabalho.” (DELLA PORTA et al, 2022, p. 223). Aqui destacamos os mecanismos de exercício de controle por parte das plataformas, com o algoritmo absorvendo uma série de funções organizacionais tradicionalmente exercidas por seres humanos. Agora responsável por distribuir tarefas, monitorar a qualidade do trabalho e de intervalos, entre outros, esse ativo trouxe transformações sem precedentes. O fato de os trabalhadores estarem fisicamente distantes e forçados a competir entre si denota que os desempenhos são intencionalmente individualizados — essa é a fragmentação organizacional. A espacial diz respeito a já mencionada dispersão geográfica dos trabalhadores e a social trata da heterogeneidade dos colaboradores, com diferentes contextos sociais, econômicos e étnicos. (DELLA PORTA et al., 2022).

A aplicação de algoritmos como meio de gerenciar uma força de trabalho diversificada e sujeita a altas taxas de rotatividade resulta em uma dinâmica paradoxal de descentralização e centralização. A exploração de uma equipe descentralizada agiliza as transações econômicas entre restaurantes e clientes, tudo isso ancorado em uma estrutura organizacional centralizada, mediada pela interface da plataforma. Isso vem gerando mobilizações por melhores condições de trabalho desde que as plataformas penetraram no mercado. São exemplos os protestos de trabalhadores na Itália a partir de 2016 nas cidades de Bolonha, Turim e Milão contra plataformas como *Foodora*, *Deliveroo*, *Glovo* e *JustEat*. Os autores apontam que embora houvesse algumas especificidades locais, três demandas eram comuns nessa primeira onda de protestos: aumento no pagamento por hora, com o fim do pagamento por entrega, alteração termos contratuais, o reconhecimento de vínculo empregatício e o fim das práticas de vitimização contra os entregadores envolvidos em protestos. Além disso, no contexto específico da Itália, observou-se que os sindicatos tradicionalmente estabelecidos desempenharam um papel bastante restrito no apoio ao processo de organização desses trabalhadores. Em contraste, pequenos grupos de entregadores, que já possuíam experiência política proveniente de outros movimentos, desempenharam um papel fundamental nesse cenário (DELLA PORTA et al, 2022).

Por fim, dois pontos do trabalho dos autores valem a menção: a importância da convivência dos entregadores na formação de solidariedade e identidade e a estratégia ofensiva à imagem pública das plataformas. Sobre o primeiro ponto:

[...] As praças públicas têm sido consideradas uma condição essencial para o desenvolvimento de solidariedade coletiva e construção de identidade entre os entregadores. E de fato: a presença da força de trabalho nesses espaços facilitou o trabalho de organização por parte dos entregadores mais politicamente engajados, que puderam se encontrar e conhecer novos colegas, além de promover sua agenda de envolvimento político e socialização. Simplesmente ao socializar, compartilhar bebidas e refeições nas praças, a força de trabalho desenvolveu um senso comum de pertencimento ao longo do caminho — uma condição crucial para a organização, independentemente do tipo de ação política (DELLA PORTA *ET AL*, 2022, p. 225)

Dessa forma, fica evidente a importância de um ponto de encontro para a construção da identidade desses trabalhadores, juntamente com a presença destacada de ativistas mais experientes, que auxiliam os entregadores em seus processos de organização. Isso revela uma estratégia de enquadramento que tem contribuído para a formação de uma consciência política entre esses trabalhadores. Essa consciência opera no contexto de uma dicotomia mais ampla da classe trabalhadora: “nós, os trabalhadores” em contraposição a “eles, as plataformas capitalistas” (DELLA PORTA *et al.*, 2022, p. 226).

No que tange às táticas adotadas pelos entregadores, uma gama de abordagens tradicionais e inovadoras veio à luz visando à melhoria das condições laborais. A utilização das redes sociais emergiu como uma ferramenta facilitadora para mobilização, exemplificada pela assim chamada “greve virtual”. Essa estratégia englobou uma ação coordenada na qual os trabalhadores se desconectaram em massa das plataformas, simultaneamente à convocação de protestos presenciais e campanhas online. Estas últimas tiveram o intuito de disseminar suas reivindicações, com o propósito de impactar a percepção pública das empresas em questão. Conscientes de suas restrições quanto ao poder de negociação e à impossibilidade de interromper completamente o fluxo de entregas, a abordagem de focalizar na reputação pública foi empregada estrategicamente para angariar apoio da opinião da população em prol dos grevistas. A intenção era minar a dependência das plataformas em manter uma imagem positiva online (DELLA PORTA *et al*, 2022).

4.3 Resistência na Europa: Inglaterra e Itália

Em 2016, teve lugar a primeira greve de trabalhadores da plataforma em Londres, naquele verão. Entregadores do *Deliveroo* se reuniram para reivindicar melhores condições, sendo rapidamente acompanhados por seus colegas da *Uber Eats*. Intrigado pela ausência de manifestações em Brighton, o pesquisador Callum Cant decidiu se inscrever para trabalhar em meio período para o aplicativo. Sua experiência resultou na publicação do livro *Riding for Deliveroo: Resistance in the New Economy* (2019). O que será relatado nesta seção é baseado nas observações e relatos apresentados nesta obra.

O autor relata que as estruturas de pagamento do *Deliveroo* variam de acordo com a cidade. Em Brighton, adotou-se o sistema de *piece wage*, em que os entregadores recebiam £4 por entrega, sem qualquer pagamento por hora. Em caso de aumento de demanda, o aplicativo pode enviar uma mensagem de texto aumentando os valores, oferecendo de 50 pence a £1 por entrega adicional ou £10 após dez entregas. Embora Brighton fosse uma *login free zone*, onde teoricamente os entregadores não precisavam cumprir turnos específicos, o funcionário encarregado de explicar as regras para novos colaboradores informou que, caso não realizassem pelo menos dois turnos de 4 horas entre sexta-feira e domingo, duas vezes por mês, teriam suas contas desativadas. Além disso, conforme o autor começou a trabalhar e conversar com outros colegas, ficou evidente que havia outras regras não declaradas, como a necessidade de aceitar 90% das entregas e cumpri-las em um tempo específico, sob pena de término do "contrato" caso não conseguissem cumprir essas exigências (CANT, 2019).

Cant (2019) afirmou que, no início, ao prestar serviços para a plataforma, era possível ganhar até £12 por hora, graças ao sistema de pagamentos que aumentava com a demanda. No entanto, à medida que a plataforma começou a recrutar mais estudantes, o aumento da força de trabalho resultou em menores tempos de entrega, o que era positivo para a plataforma, mas eliminou a necessidade de aumentar os pagamentos por entrega. Consequentemente, os ganhos dos entregadores diminuíram significativamente, gerando um dos primeiros pontos de conflito entre os trabalhadores e a plataforma. Essa estrutura obriga os entregadores a trabalhar mais rápido ou simplesmente ganhar menos (CANT, 2019).

Aqui é importante salientar um ponto trazido pelo autor: quando os ganhos do trabalhador dependem da intensificação do seu labor, num contexto em que estão na rua e em movimento, isso significa estar sob constante risco. À medida que isso se torna um hábito, ocorre uma dessensibilização, pois a escolha é entre ser cuidadoso ou ganhar o suficiente. Além disso, a plataforma não se responsabiliza por pagar um colaborador machucado ou substituir uma moto ou bicicleta em caso de acidente. O autor também observou que isso, somado ao controle algorítmico já abordado em capítulos anteriores, fortalece a solidariedade entre os trabalhadores. Ao responder a um sistema de controle invisível, com regras não explícitas, a perda de comprometimento com a plataforma torna-se inevitável. Mesmo trabalhando de forma remota e fragmentada, os entregadores estabelecem laços de apoio mútuo. Grupos de *Whatsapp* e *Facebook* serviam para discutir as condições de trabalho, ajudar a navegar o sistema do *Deliveroo*, calcular seus pagamentos, entre outras coisas (CANT, 2019).

Um outro ponto já abordado nesta pesquisa, e que é observado globalmente, é que altos índices de desemprego tornam a população mais suscetível a trabalhos informais e mal remunerados. No caso dos entregadores do *Deliveroo* em Brighton, que são em grande parte imigrantes enfrentando diversas barreiras para entrar no mercado formal de trabalho, é evidente que os ganhos cada vez mais escassos contribuíram para a formação da resistência. Ademais, as queixas dos entregadores do *Deliveroo* são praticamente idênticas às que já abordamos nas outras seções deste trabalho (CANT, 2019).

É importante salientar que, na época, o *Deliveroo* estava conectado a dois sindicatos: o *Industrial Workers of the World* (IWW) e o *Independent Workers of Great Britain* (IWGB). Esse apoio se mostrou essencial para a organização da luta coletiva, algo que nem sempre ocorre, pois os trabalhadores de plataformas digitais nem sempre conseguem ou desejam estabelecer essa parceria com as forças sindicais. Esse suporte foi crucial quando lançaram o *Rebel Roo*, um folhetim desenvolvido com o objetivo de mobilizar os trabalhadores, ajudando-os a se comunicarem internacionalmente, se organizarem, criarem laços de solidariedade e lutarem por melhores oportunidades de trabalho. O folhetim foi traduzido para bengali, português brasileiro, francês, polonês e árabe, e distribuído pelos próprios entregadores (CANT, 2019).

Através da pesquisa e do diálogo estabelecidos para o desenvolvimento do jornal, descobriram que existiam pelo menos cinco estruturas de pagamento diferentes. O que parecia

determinar a estrutura de pagamento era a média dos salários, o nível de desemprego na região e o volume de pedidos. Essas descobertas permitiram desenvolver comparações coletivas que possibilitaram o início de um debate sobre certas demandas nacionais a respeito de pagamento, como a implementação de uma remuneração por hora que se aplicasse a todos. Além disso, contribuiu para a formação de conhecimento político e consciência dos trabalhadores, o que se provou muito útil para o que veio a seguir (CANT, 2019).

No início de 2017, o sentimento entre os entregadores era de raiva. Naquela época, o volume de trabalho havia diminuído drasticamente e não era raro que conseguissem fazer apenas uma entrega por hora. Foi então que decidiram convocar a primeira reunião presencial em Brighton. Muitas pessoas compareceram e logo se observou que as queixas e demandas eram bastante variáveis, o que é comum entre trabalhadores de plataforma, visto que é uma força de trabalho bastante heterogênea. Algumas das reclamações citadas incluíam: o tempo excessivo que os entregadores ficavam esperando por pedidos, a existência de pedidos triplos (quando três pedidos saem do mesmo restaurante e vão para o mesmo entregador, penalizando o último consumidor com uma refeição fria), a falta de descontos em lojas locais de reparos de bicicleta, as taxas pagas, a demora no atendimento quando algo dava errado com a entrega e precisavam recorrer ao *call center*, entre outras. Por fim, o grupo concordou em formar uma filial sindical e organizar uma lista de demandas. Um representante da IWBG estava presente e pode aconselhar os trabalhadores (CANT, 2019).

Aqui, chegamos ao comum impasse na organização dos trabalhadores de plataforma: se não são reconhecidos como empregados, a empresa não tem obrigação de reconhecer a filial sindical, impossibilitando qualquer possibilidade de negociação coletiva. No entanto, pela ausência de transparência praticada pelas plataformas e pela insistência em posicioná-los numa zona cinzenta de obrigações e responsabilidades, os trabalhadores também não têm qualquer obrigação de notificar os empregadores sobre suas intenções de entrar em greve.

Enfim, o dia da primeira greve chegou, e mais de 100 trabalhadores se reuniram no centro da cidade. Eles votaram de maneira unânime para formar a filial sindical e apresentar três demandas à empresa: aumento do valor de entrega para £5, congelamento de recrutamento e não vitimização dos membros do sindicato. A empresa recebeu um prazo de duas semanas para responder e a primeira estratégia de resposta foi o envio de gerentes para fazer reuniões

individuais em um café na cidade, o que não gerou nenhum resultado. Seguindo o exemplo do ocorrido, os trabalhadores do *Deliveroo* em Leeds, que até então estavam em um modelo de pagamento por hora, mas com quedas progressivas e substanciais em seus ganhos, também decidiram entrar em greve. Dois dos membros da recém-inaugurada filial sindical tiveram seus contratos rescindidos, e cinco outros observaram mais cortes em seus ganhos. Após mais uma onda de greves e demonstrações, eles tiveram seus contratos restituídos, e após alguns protestos, restabelecidos (CANT, 2019).

O pedido de congelamento de recrutamento foi acatado, resultando em um aumento substancial no número de pedidos recebidos por hora. Isso afastou o grupo das discussões coletivas e comprometeu sua capacidade organizacional. Além disso, muitos dos trabalhadores organizados eram estudantes e, com a chegada do verão, retornaram para suas cidades de origem ou se formaram na faculdade. Meses depois, com a retomada das contratações, trabalhadores não sindicalizados ingressaram, dispersando ainda mais a organização. Essa parece ter sido uma estratégia de retaliação discreta por parte da plataforma (CANT, 2019).

Para mitigar a desconfiança em relação à distribuição algorítmica de tarefas, outra medida adotada foi a implementação de um sistema no aplicativo, que funcionava como um termômetro para indicar a demanda, mostrando o volume de entregas numa escala de baixo a muito alto. No entanto, ao compararem as informações entre si na mesma região, os trabalhadores descobriram que o sistema era pouco confiável, apresentando diferentes indicativos para diferentes indivíduos. Um ponto adicional a ser mencionado é que a maioria dos trabalhadores que se organizaram eram ciclistas, e não entregadores de moto. Esses ciclistas foram gradualmente marginalizados na plataforma, recebendo um número cada vez menor de pedidos. Não está claro se isso foi intencional, devido à maior eficiência dos entregadores de moto, ou se foi uma medida punitiva da plataforma. Contudo, podemos considerar essa possibilidade, considerando o que sabemos sobre o *modus operandi* desse tipo de empresa (CANT, 2019).

Entre 2017 e 2021, uma série de batalhas judiciais ocorreu na Inglaterra, com o IWGB enfrentando sucessivas derrotas nos tribunais, que determinam que os entregadores eram de fato autônomos, dado a ausência do critério de personalidade. No entanto, houve algumas vitórias pontuais, nas quais o sindicato conseguiu que a plataforma pagasse seguro-doença, auxílio parental, concedesse acesso a banheiros, agisse para reduzir o tempo de espera em

restaurantes, aumento de pagamento e congelamento de recrutamento¹⁴. Durante esse período, o *Deliveroo* recusou-se sistematicamente a negociar com sua força de trabalho e gastou milhares de libras para evitar a barganha coletiva, alegando que isso comprometeria a flexibilidade do trabalho, algo valorizado pela empresa e por muitos trabalhadores. Em 2023, coube à Suprema Corte decidir se o IWGB poderia negociar coletivamente junto à plataforma. Mais uma vez, as plataformas saíram vencedoras.¹⁵

O *Deliveroo* firmou uma parceria com o sindicato GMB, mas foi acusado de buscar endosso para práticas exploratórias. A plataforma prometeu pagar aos seus entregadores pelo menos o salário-mínimo, mas omitiu que esse cálculo não consideraria o tempo em que os trabalhadores estivessem conectados ao aplicativo, apenas o período efetivamente gasto em entregas. Isso implica que os ganhos por hora dos entregadores, considerando o tempo total dedicado ao trabalho, podem ficar abaixo do nível mínimo legal. O sindicato IWGB percebeu essa ação como uma estratégia de relações públicas, utilizando retórica para promover uma imagem de conciliação sem efeitos práticos reais.¹⁶ Outra estratégia do *Deliveroo* em outros países foi retirar as operações em legislações que agiam para reconhecer os trabalhadores como empregados, como foi o caso da Espanha¹⁷ e da Holanda¹⁸.

Já na Itália, de acordo com Chesta *et al.* (2019), as mobilizações dos entregadores de plataforma tiveram início em outubro de 2016, na cidade de Turim. Naquela ocasião, um grupo de trabalhadores da plataforma Foodora declarou greve, rejeitando a substituição do sistema de pagamento por hora por um sistema de pagamento por entrega. Além disso, os trabalhadores queixavam-se da ausência de seguro de saúde e do fato de terem de arcar com os custos dos seus instrumentos de trabalho. Alguns meses depois, em julho de 2017, outra greve foi convocada em Milão para denunciar as condições laborais dos entregadores do *Deliveroo*. Em 13 de novembro do mesmo ano, uma tempestade de neve em Bolonha levou um grupo, organizado sob o nome de *Riders Union Bologna*, a se recusar a arriscar fazer entregas nas ruas congeladas.

¹⁴ Disponível em <<https://iwgb.org.uk/en/post/Deliveroo-gmb/>>

¹⁵ Disponível em: <<https://iwgb.org.uk/en/post/Deliveroo-challenged-by-iwgb-in-the-supreme-court/>>

¹⁶ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2022/may/12/Deliveroo-union-deal-couriers-minimum-wage-gmb-iwgb>>

¹⁷ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2021/jul/30/Deliveroo-unveils-plans-to-pull-out-of-spain-in-wake-of-rider-law>>

¹⁸ Disponível em: <<https://nltimes.nl/2022/10/19/Deliveroo-pulling-netherlands-next-month-couriers-will-compensated>>

Esses eventos levaram à organização de coletivos como *Deliveroo Strike Riders*, *Riders Union Bologna* e *Deliverance Milano*. Juntos, esses coletivos redigiram uma lista conjunta de reivindicações para o *Deliveroo*, incluindo a aplicação do acordo coletivo nacional de transporte, a introdução de contratos de trabalho reais, a renovação de todos os contratos próximos de expirar, um salário-mínimo de €7,50 por hora e a garantia de no mínimo 20 horas de trabalho por semana. Outras exigências incluíam um aumento de 30% no pagamento em caso de chuva ou neve, um adicional de 50% para entregas que ultrapassassem o turno planejado, e um aumento de 30% como compensação pela exposição ao smog. Os trabalhadores também solicitaram cobertura de seguro, reembolso das despesas de manutenção de bicicletas e telefones, e um kit de segurança com capacete (CHESTA *et al.*, 2019)

Os autores destacam que, desde o início, o objetivo dos trabalhadores foi elaborar novas táticas para melhorar as condições de trabalho, utilizando-se tanto de repertórios antigos quanto atuais. O uso da tecnologia para comunicação foi um aspecto chave, com as redes sociais sendo essenciais para divulgar os protestos e convocar interessados. Como o trabalho é mediado por um sistema de cadastro em uma plataforma online, o simples ato de se deslogar, individual ou coletivamente, já se torna uma ferramenta de greve. Essas tecnologias permitem que um grande número de indivíduos se conecte com baixo custo de recrutamento (CHESTA *et al.* 2019).

Outra característica das mobilizações dos entregadores italianos é que adotaram um enfoque de movimento social, engajando-se com o público, devido ao fato de toda a cidade ser seu espaço de trabalho, o que os torna reconhecidos. Em várias cidades, os entregadores viam os restaurantes como aliados e, em Florença, chegaram a distribuir panfletos com suas queixas aos consumidores. Essas ações visam dar visibilidade às suas demandas, pois, para a mobilização ser eficaz, não pode ocorrer apenas na esfera virtual. A concentração física nas ruas, um uso de repertório tradicional, aumenta a visibilidade das suas demandas, embora envolva reconhecimento público e, por vezes, retaliação por parte das plataformas. Por outro lado, as plataformas sofrem uma perda de reputação e há um aumento da conscientização pública sobre as demandas dos trabalhadores. (CHESTA *et al.* 2019).

Conforme já expusemos anteriormente, os autores apontam que, em Turim, Milão e Bolonha, as atividades dos entregadores inspiraram a formação de coletivos auto-organizados, que rapidamente se espalharam para Roma e Florença. Sindicatos de todo o país passaram a se

envolver nas negociações governamentais subsequentes, especialmente em Verona e Florença. Quanto à força de trabalho envolvida, observou-se uma predominância de jovens, homens e estudantes em Bolonha. Em Milão, a maioria dos entregadores eram imigrantes do sexo masculino. Em Bolonha, a alta presença de estudantes com experiências anteriores em ativismo estudantil, associações contraculturais e centros sociais como *Ritmo Lento*, *L'Altra Babele* e *Làbas* proporcionou um conjunto de recursos e redes de apoio que tornaram essa cidade o caso mais bem-sucedido de mobilizações de entregadores na Itália.

Em Turim, o apoio da assembleia da *Cavallerizza* foi fundamental, enquanto em Milão, a rede de ativistas *SanPrecario* teve um papel decisivo. Esses apoios estabeleceram recursos motivacionais para ativar novos grupos e recursos organizacionais para iniciar a mobilização. Além disso, essas conexões e redes proporcionaram uma infraestrutura sólida que facilitou a coordenação das ações e a disseminação de informações. A combinação de experiências anteriores em ativismo e o apoio de redes estabelecidas permitiu que os entregadores articulassem suas demandas de forma mais eficaz e ganhasse maior visibilidade pública (CHESTA *et al.* 2019).

Em termos de resultados, eles ainda são mistos em vários aspectos. No nível judicial, o processo iniciado por alguns entregadores contra a *Foodora* em Turim para serem reconhecidos como empregados sob o acordo coletivo nacional do setor logístico foi inicialmente derrotado, mas o recurso foi parcialmente bem-sucedido. No front político, em abril de 2018, em Bolonha, a *Riders Union Bologna*, sindicatos oficiais e o município assinaram uma "Carta de Direitos", embora apenas uma plataforma local tenha concordado em aplicá-la. Entre o verão de 2018 e a primavera de 2019, o Ministério do Trabalho organizou uma negociação nacional entre os coletivos auto-organizados dos entregadores, sindicatos oficiais e plataformas; estas últimas recusaram qualquer concessão significativa, e o governo anunciou que, sem um acordo, regularia a questão com um decreto, que nunca chegou a ser implementado (CHESTA *et al.* 2019).

4.4. Mobilizações na América Latina

Na América Latina, as mobilizações contra as plataformas de entrega surgiram especialmente a partir de 2018 e 2019. Embora a literatura predominante se concentre nas

mobilizações do Norte global, os acontecimentos no Sul merecem uma atenção especial (Negri, 2021). Apesar de estarem inseridos em contextos socioeconômicos consideravelmente mais complexos, as queixas e reivindicações se assemelham notavelmente, o que indica a universalidade da experiência com essas plataformas. A falta de reconhecimento legal dos trabalhadores, as difíceis condições de trabalho e as sanções impostas pelas plataformas são questões comuns em todo o mundo. Na América Latina, essas preocupações são exacerbadas pela presença de um dos mais altos índices de precariedade econômica e social do mundo, exemplificada por altos índices de desemprego e informalidade, baixa infraestrutura de transportes públicos, alta densidade populacional urbana e dependendo da região, um elevado fluxo migratório (CASTAÑEDA; VARGAS, 2020).

Ao analisar o cenário colombiano, onde a empresa nacional *Rappi* ocupa a posição de líder de mercado, observa-se que ela adota uma abordagem assemelhada à informalidade, à vigilância digital e à falta de transparência típicas de outras plataformas digitais. A empresa se posiciona como uma alternativa moderna e flexível, oferecendo aos trabalhadores a perspectiva de “trabalhar de forma autônoma”. Entretanto, essa promessa de autonomia entra em conflito com a realidade, já que a empresa depende fortemente da mão de obra constante de uma população que enfrenta ampla desigualdade e ausência de proteção social (CASTAÑEDA; VARGAS, 2020).

Na última década, devido à crise política e econômica na Venezuela, observou-se um intenso fluxo migratório para outros países do Sul, e em 2020 estima-se que 1,8 milhões de venezuelanos estavam vivendo na Colômbia, com apenas 44% deles possuindo visto para trabalho. Com uma taxa de desemprego próxima a 20% e a economia informal representando 40% do PIB em 2020, os imigrantes têm poucas opções para garantir seu sustento além do trabalho nas plataformas digitais. Além disso, outros fatores contribuem para essa dinâmica, como a alta densidade populacional e a infraestrutura limitada de transporte público. Bogotá, a capital colombiana, abriga 20% da população do país, sendo classificada entre as dez cidades do mundo com os piores índices de trânsito, o que torna mais viável um sistema de entregas baseado em bicicletas e motocicletas (CASTAÑEDA; VARGAS, 2020).

Na Argentina, é possível notar várias semelhanças com a Colômbia. As capitais de ambos os países compartilham uma alta densidade populacional, sendo que Buenos Aires concentra cerca de 31% da população, como destacado por Castañeda e Vargas (2020). Além

disso, a onda migratória venezuelana, que se intensificou por volta de 2018, aliada a uma recessão econômica persistente, deterioraram a situação laboral e criaram um ambiente propício para o crescimento de aplicativos de entrega no país (Negri, 2021). Na pesquisa conduzida pela autora, 43% dos entregadores do *Rappi* e 32% da *Glovo* afirmaram trabalhar nas plataformas por não conseguir encontrar outro trabalho, e para 95% e 85% respectivamente, a renda proveniente desse trabalho é a sua principal fonte de renda¹⁹.

Em relação aos movimentos de resistência nestes países, na Colômbia a primeira mobilização registrada foi em 19 de outubro de 2018, com a principal queixa sendo a respeito das cobranças adicionais por tempo de espera feitas pelo *Rappi*. As mobilizações, além de terem aumentado em número nos meses seguintes, também foram ganhando uma conotação mais séria conforme a situação laboral dos entregadores ia progressivamente deteriorando: acidentes de trânsito, doenças relativas à vulnerabilidade social, e riscos profissionais não cobertos pelos aplicativos passaram a ganhar protagonismo discursivo nos protestos. Em 2019, ocorreu a primeira manifestação ordenada internacionalmente, com várias cidades do continente sendo convocadas (CASTAÑEDA; VARGAS, 2020).

No mesmo ano, o protesto foi para além das ruas: em Medellín, foi convocada a primeira greve, “Paro hora 0” — entregadores foram incentivados a não conectar no aplicativo e os consumidores a não fazer pedidos. Assim como ocorreu no Brasil, conforme exposto na introdução deste quadro de pesquisa, a pandemia também serviu como fator de intensificação na insatisfação e conseqüentemente, com a conscientização da imprensa e da opinião pública sobre um movimento estável e com lideranças identificáveis (CASTAÑEDA; VARGAS, 2020).

Ao longo desse período, surgiu o Movimento Nacional de Entregadores de Plataformas Digitais, ampliando os protestos para incluir pedidos de intervenção do Estado e das autoridades locais e nacionais. A organização do grupo se baseou em ações legais, litígios estratégicos e comunicação através das redes sociais. Após três anos de mobilizações sociais, superando fragmentações entre os trabalhadores (como colombianos versus venezuelanos, ciclistas versus

¹⁹ Segundo a pesquisa realizada por Negri (2021), 65% dos entregadores da *Glovo* e 84% dos entregadores do *Rappi* eram imigrantes. Apesar de apresentarem níveis elevados de ensino superior, a autora destaca a falta de permissão de residência como um fator significativo que leva esses trabalhadores a optarem pelas plataformas, semelhante ao que foi observado na Colômbia.

motociclistas, entre outros), o grupo começou a explorar novos cenários de negociação com a *Rappi*. A mediação do Ministério do Trabalho e do Ministério da Informática também facilitou o trâmite de projetos de lei para regulamentar as plataformas digitais. Destaca-se que, mesmo dispersos geograficamente, os trabalhadores utilizam ferramentas como *Whatsapp*, *Facebook*, *Twitter* e *Zoom* para criar espaços de discussão, envolvendo comunidades acadêmicas, ONGs e compartilhando táticas e recursos (CASTAÑEDA; VARGAS, 2020).

Em resposta ao aumento da informalidade, surgiram em 2020 associações com perfil sindical para oferecer apoio jurídico aos entregadores. Um exemplo é a Unidapp (*Unión de Trabajadores de Plataformas Digitales*), que se associou conforme as normas do Código Substantivo do Trabalho e normas internacionais do trabalho. Seu objetivo desde então tem sido negociar coletivamente para melhorar as condições econômicas e laborais dos trabalhadores (VARGAS ANGARITA, 2023). Desde então, teve início um período de negociações que resultou na mesa de diálogo tripartite entre *Rappi*, a Unidapp e o Ministério do Trabalho. Foram alcançados acordos significativos que promoveram alterações substanciais no serviço de entrega oferecido pela plataforma.

Entre os principais pontos acordados estão: a implementação de uma tarifa mínima garantida de 3.050 pesos por pedido entregue, tarifa mínima por distância percorrida estabelecida em 640 pesos para cada 100 metros percorridos em pedidos de moto que excedam 4 quilômetros. Além disso, a Unidapp concordou em colaborar com a *Rappi* fornecendo informações para combater fraudes e fortalecer mecanismos de segurança destinados a entregadores, usuários e parceiros comerciais. Um teste piloto também está sendo implementado para revisar e possivelmente ajustar os procedimentos de desativação das contas dos entregadores. Os acordos entraram em vigor em fevereiro de 2024, com as tarifas sujeitas a revisões anuais²⁰.

Voltando para o caso da Argentina, 70% dos entregadores da *Rappi* no país enfrentam dificuldades significativas para cobrir seus custos básicos de vida sem este trabalho, evidenciando a dependência dos empregos de plataforma na América Latina. No país, os entregadores precisam se registrar no sistema de monotributo para contribuir para aposentadoria e acesso à saúde, porém, na prática, isso não é obrigatório, deixando muitos sem proteção social.

²⁰ Disponível em: <<https://www.eltiempo.com/economia/empresas/Rappi-y-la-unidapp-llegaron-a-acuerdos-con-el-ministerio-de-trabajo-857066>>

A primeira manifestação contra a *Rappi* ocorreu em julho de 2018, na cidade de Buenos Aires, motivada por mudanças nas condições de trabalho. Naquele dia, os trabalhadores logaram no aplicativo, aceitaram os novos termos e prontamente iniciaram uma greve. A comunicação prévia via *Whatsapp* mostrou-se crucial para a organização, estabelecendo uma rede de solidariedade entre colegas. Os entregadores da *Glovo* também se uniram à causa, dado que muitos atuam em ambas as plataformas, evidenciando a insatisfação com a falta de transparência da plataforma, apesar do discurso sobre flexibilidade. No entanto, existem muitos obstáculos para a ação sindical, como a alta rotatividade dos empregados, os horários flexíveis e a falta de um local fixo de trabalho. Além disso, para desencorajar a mobilização, as plataformas oferecem bônus durante as greves, bloqueiam e deixam de atribuir pedidos aos trabalhadores que protestam (NEGRI, 2020).

Durante os protestos, observou-se que os trabalhadores foram de fato bloqueados pelas plataformas. Como resposta, em quatro meses, foi fundada a *Asociación de Plataformas* (APP), um sindicato destinado a lidar com esses bloqueios indevidos. O sindicato mobilizou-se até os escritórios da *Rappi*, embora os membros do comitê ainda enfrentassem bloqueios. Em 2019, a questão foi levada aos tribunais e uma decisão judicial de primeira instância reconheceu os que as ações da empresa violavam o direito dos trabalhadores além disso, os reconheceu como empregados (NEGRI, 2020).

Em 2020, foi aprovada na cidade de Buenos Aires uma lei para regular o trabalho por aplicativo, buscando melhorar as condições para os entregadores. A lei impõe um limite de 20% para as taxas cobradas pelas empresas, cria um registro para empresas e entregadores, exige seguro e cursos de segurança viária, e proíbe o sistema de "incentivo e castigo". No entanto, sindicatos como a APP e a ATR (*Agrupación Trabajadores de Reparto*) criticam a lei por não garantir o vínculo empregatício e precarizar o trabalho. A APP critica a figura do "entregador habilitado" e as sanções para quem não se cadastrar, enquanto a ATR critica a falta de medidas contra a precarização e a ausência de diálogo durante a elaboração da lei²¹.

Porém, as vitórias foram limitadas: as propostas normativas para trabalhadores de plataformas de entrega na Argentina estão em análise e apresentam diferentes possibilidades de

²¹ Disponível em: <<https://www.infobae.com/economia/2020/07/16/se-aprobo-la-ley-que-regula-a-las-app-de-delivery-en-la-ciudad-de-buenos-aires-no-le-podran-cobrar-mas-de-20-de-comision-a-los-comercios/>>

enquadramento legal. As opções incluem incorporar esses trabalhadores ao regime geral de emprego, criar um estatuto especial com direitos semelhantes aos dos assalariados, manter as condições atuais com especificações sobre a responsabilidade das plataformas, ou adotar um regime misto que diferencie entre assalariados e independentes com base na carga horária. A dificuldade de regulamentação decorre da necessidade de equilibrar a autonomia dos trabalhadores, que buscam autodeterminação horária e maximização de ganhos, com a garantia de proteção laboral e social —e essa complexidade tem retardado o avanço dessas propostas no parlamento (PEREYRA; POBLETE, 2022).

4.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, começamos abordando a importância da ação coletiva no ambiente de trabalho: esta tem como papel constituir a consciência de classe, educar politicamente e organizar o proletariado. Contudo, para compreender as formações de identidades políticas contemporâneas, é necessário considerar outras características do contexto social dos atores envolvidos (ALBERTI; PERÒ 2018 apud DELLA PORTA *et al.*, 2022). Quando falamos de trabalhadores de plataforma, uma vez que estão dispersos geograficamente, o local de trabalho perde essa referência (CHESTA *et al.*, 2019). No entanto, isso não significa que esses trabalhadores não encontrem outras formas de se unir, muito pelo contrário. Essa fragmentação, segundo Huws (2014) trazido por Della Porta *et al.* (2022), é uma política intencional das plataformas para minar a capacidade de ação coletiva.

De acordo com Della Porta *et al.* (2022), essa é apenas uma das fragmentações que os trabalhadores de plataforma enfrentam. Existe também a fragmentação legal, que é a ausência de reconhecimento de vínculo empregatício entre trabalhadores e plataforma, possibilitada pela falta de regulamentação em todo o setor. A fragmentação tecnológica diz respeito à individualização de tarefas laborais como condição para a adoção de tecnologias no trabalho, exemplificada pelo algoritmo que absorve funções organizacionais tradicionalmente exercidas por humanos. A distância física entre os trabalhadores e a pressão para competirem entre si caracterizam a fragmentação organizacional. A fragmentação espacial é a já mencionada dispersão geográfica e a social é a heterogeneidade dos colaboradores.

Ainda assim, considerando que os entregadores conseguiram se organizar em diversas sociedades, algumas dessas fragmentações foram contornadas. A espacial foi uma delas —com os entregadores constantemente esperando os pedidos em praças e em frente a restaurantes, começaram a dialogar e criar um senso de identidade, condição crucial para a organização. Além disso, eles conseguiram se conectar com outros trabalhadores mais politicamente engajados, o que auxiliou o processo de organização. As redes sociais também tiveram um papel crucial, tanto para ajudar na comunicação dos trabalhadores quanto para organizar protestos, campanhas online, angariar apoio da população em prol dos grevistas, e impactar a percepção pública em torno das plataformas (DELLA PORTA *et al.*, 2022).

Na Inglaterra, a organização dos trabalhadores começou por volta de 2016. Assim como na América Latina, o uso do *Whatsapp* foi crucial para a organização dos trabalhadores, especialmente em Brighton, onde o ponto de encontro numa praça da cidade foi fundamental para a formação do senso de identidade entre os trabalhadores, conforme apontado por Della Porta *et al* (2022). Brighton também apresentava altos índices de desemprego e grande fluxo migratório, criando uma dependência maior dos trabalhadores em relação à renda obtida através das plataformas, muitas vezes a única disponível. Isso está em conformidade com a abordagem de Della Porta *et al.* (2022) sobre as relações de dependência e raiva serem fatores que facilitam a formação de resistência. Também é importante salientar que na Inglaterra, os trabalhadores contaram com o apoio de dois sindicatos, o IWW e o IWGB, o que facilitou as negociações entre trabalhadores e plataformas, que muitas vezes ocorrem no campo judicial. Um ponto particular da resistência contra o *Deliveroo* no Reino Unido foi a divisão entre os entregadores de moto e os ciclistas. Os entregadores de moto, que trabalhavam mais horas, eram majoritariamente imigrantes e tinham maior dependência em relação ao trabalho. Já os ciclistas, mais engajados na resistência, eram estudantes com alguma experiência em outras organizações políticas. Embora fossem cruciais para organizar a resistência, não tinham uma dependência extrema do trabalho, muitas vezes atuando por certos períodos de tempo antes de seguirem para outras carreiras.

Na Itália, também foi observado o uso da tecnologia, e o importante papel dos sindicatos na organização da mobilização. A força de trabalho variava dependendo da cidade: Enquanto Bolonha tinha predominância de homens e estudantes com experiência em outras formas de ativismo, Milão contava com uma presença maior de imigrantes. Essas conexões e redes

proporcionaram uma infraestrutura sólida que facilitou a coordenação das ações e a disseminação de informações. A combinação de experiências anteriores em ativismo e o apoio de redes estabelecidas permitiu que os entregadores articulassem suas demandas de forma mais eficaz e ganhassem maior visibilidade pública. Os italianos também usaram táticas de movimentos sociais, engajando-se com o público para angariar apoio, chegando a distribuir panfletos aos consumidores com queixas sobre as plataformas, levando a intenção de mexer com a imagem pública das plataformas, exposta por Della Porta *et al* (2022), a um patamar ainda maior. Os resultados atingidos foram mistos até a altura da publicação do artigo de Chesta *et al.* (2019).

Sobre as mobilizações contra as plataformas na América Latina, alguns pontos merecem destaque. Primeiro, as reivindicações têm semelhanças com o que é encontrado na literatura sobre o Norte Global, embora a região seja socioeconomicamente mais complexa —os índices de precariedade são dos mais altos do mundo, as taxas de desemprego e informalidade são maiores, há alta densidade populacional, violência, e, dependendo da região, alto fluxo migratório (NEGRI, 2021; CASTAÑEDA; VARGAS, 2020). Na Colômbia, onde a nacional *Rappi* ocupa posição de liderança, o *modus operandi* é semelhante ao de todas as outras plataformas de entrega, tanto na estrutura quanto no discurso de flexibilidade. Porém, no caso da Colômbia, isso é ainda menos verdadeiro, uma vez que grande parte da força de trabalho é composta por imigrantes venezuelanos ilegais, que não têm acesso ao mercado de trabalho formal, ou seja, têm uma forte dependência da plataforma. Os protestos no país começaram por volta de 2018 e foram se intensificando conforme a condição laboral dos trabalhadores foi se deteriorando (CASTAÑEDA; VARGAS, 2020). Os entregadores, é importante salientar, tiveram suporte de associações com perfil sindical para oferecer apoio jurídico —e tal apoio foi essencial, uma vez que a negociação coletiva tem surtido efeito e conseguido promover acordos com alterações substanciais no serviço de entrega pela plataforma. Conseguiram implementar uma tarifa mínima por pedido, uma tarifa mínima por distância percorrida, entre outras colaborações entre as partes que estão sendo feitas até o presente (CASTAÑEDA; VARGAS, 2020)

Tanto na Argentina quanto na Colômbia, as redes sociais, principalmente o *Whatsapp*, foram cruciais para a organização dos trabalhadores, estabelecendo uma rede de solidariedade entre os colegas. Também foi observado nos dois países bloqueios por parte das plataformas aos trabalhadores que estavam envolvidos nos protestos e greves. Na Argentina, foi fundado

um sindicato, a APP, para apoiar os entregadores, especialmente no que diz respeito aos bloqueios indevidos. No entanto, as vitórias nos tribunais têm sido mais tímidas do que no caso colombiano, uma vez que as propostas na Argentina estão em análise e apresentam diferentes possibilidades de enquadramento legal. A dificuldade de regulamentação decorre da necessidade de equilibrar a autonomia dos trabalhadores, que buscam autodeterminação horária e maximização de ganhos, com a garantia de proteção laboral e social —e essa complexidade tem retardado o avanço dessas propostas no parlamento (PEREYRA; POBLETE, 2022).

5 ESTUDO DE CASO: OS ENTREGADORES ANTIFASCISTAS

Nos capítulos finais, buscaremos responder a nossa pergunta de pesquisa: por que trabalhadores de plataforma se mobilizam e, posteriormente, se desmobilizam? Para isso, apresentaremos um estudo de caso sobre os Entregadores Antifascistas. Iniciaremos com uma breve exposição dos tópicos fundamentais do cenário, abordando a chegada das plataformas de transporte e entrega no Brasil e como essas empresas rapidamente se consolidaram no mercado, transformando as dinâmicas urbanas. Em seguida, contextualizaremos a situação trabalhista brasileira, destacando a intensificação da flexibilização, em parte impulsionada pela reforma trabalhista de 2018. Após isso, exploraremos o perfil desses trabalhadores e os impactos da pandemia em suas condições e desafios cotidianos. Com essa base estabelecida, avançaremos para discutir a atuação dos Entregadores Antifascistas, analisando os fatores que motivaram sua mobilização, suas reivindicações e a trajetória de suas ações. Neste capítulo, testaremos nossas duas primeiras hipóteses:

- 1. A coexistência de diferentes discursos e projetos políticos dentro do movimento dos Entregadores Antifascistas, combinada com a dificuldade de alinhar as demandas específicas da categoria aos perfis mais amplos dos sindicatos, contribuiu para a fragmentação do movimento, que não conseguiu estabelecer frentes de apoio organizacional compatíveis com seus objetivos de longo prazo.*
- 2. A exposição midiática que centralizou Paulo Galo como líder dificultou a construção de uma identidade coletiva e de uma agenda de reivindicações representativa entre os entregadores antifascistas.*

5.1. Plataformas no Brasil: Contexto de Entrada e Características da Força de Trabalho

A primeira cidade brasileira a receber a *Uber* foi o Rio de Janeiro, seguida por São Paulo e Belo Horizonte. Alguns meses depois e sob pressão pelos taxistas, a Justiça de São Paulo determinou a suspensão do aplicativo em território nacional, alegando ser uma prestação de serviço de transporte ilegal, mas durou pouco tempo. Após algumas idas e vindas entre suspensão e revogação, em 2016 o prefeito de São Paulo decretou a regularização em território

paulistano e depois disso a situação foi se estabilizando amplamente²². No mesmo ano, o serviço de entrega de comida, *Uber Eats*, também fez sua estreia no país, mas encerrou as operações no início de 2022. Segundo a apuração do Valor Econômico²³, um dos motivos seria os contratos de exclusividade mantidos com estabelecimentos pelo concorrente e líder de mercado, *iFood* — estes contratos, segundo a *Uber*, criavam barreiras artificiais à entrada e expansão de outros *players* no setor. Como podemos observar, o Brasil também não escapou à tendência global, inclusive liderando na América Latina no uso de aplicativos de transporte e entregas²⁴.

Quando olhamos para a camada da população que presta esses serviços, os números não escondem a gravidade da situação: segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, atualmente 1,7 milhão de pessoas trabalham na informalidade, como motoristas de aplicativo, taxistas e entregadores. A categoria que mais teve crescimento foi justamente a última: em 2023 eram 383 mil, número muito superior aos 33 mil registrados em 2016. Os dados também apontam para longas jornadas de trabalho, 42,9 horas por semana, 3 a mais do que a média nacional e com rendimentos baixos — R\$1,9 mil reais, 30% a menos que em 2016. Foi neste contexto que surgiram os primeiros movimentos de resistência, mas é claro que a formação do coletivo também foi inspirada pelo contexto político e econômico do Brasil na altura²⁵.

5.2. Transformações no Mercado de Trabalho Brasileiro: O Impacto da Reforma Trabalhista

O desmonte de direitos trabalhistas pelo governo de Michel Temer (2016-2018) também pode ser visto como um ponto crucial para contextualizar a mobilização dos Entregadores Antifascistas. Aqui, focamos no conjunto de reformas descritas por Picolotto *et al.* (2020), realizadas com a Lei nº 13.467/2017, que alterou 201 pontos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e com a Lei nº 13.429, que regulamenta a terceirização e ampliou o contrato temporário. Ainda segundo os autores, as reformas tinham como objetivos: a modernização da

²² Disponível em: <<https://autoesporte.globo.com/carros/noticia/2017/04/Uber-conheca-historia-e-polemicas-da-empresa-de-transporte.ghtml>>

²³ Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/03/07/dias-antes-de-encerrar-delivery-de-comida-Uber-se-manifesta-contr-iFood-junto-ao-cade.ghtml>>

²⁴ <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brasileiros-lideram-uso-de-apps-para-entregas-e-locomocao-na-america-latina/>

²⁵ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/Uberizando-a-vida/>>

legislação trabalhista no Brasil e a flexibilização das relações de trabalho, o que supostamente impulsiona a geração de empregos.

Segundo Krein (2018), especialistas e juristas alertaram para a redução de direitos que a implementação das novas leis representaria. Elementos essenciais das relações de emprego e das instituições responsáveis pela regulamentação e garantia dessas relações foram profundamente alterados. O autor destaca mudanças significativas nas áreas de formas de contratação e flexibilização das demissões, jornada de trabalho, remuneração, e condições de trabalho, especialmente em relação à saúde e segurança. Em relação às instituições públicas que protegem os direitos trabalhistas, observa-se alterações na regulamentação das representações de interesses coletivos e nas negociações coletivas dos trabalhadores, além de restrições aumentadas para acessar a Justiça do Trabalho e um enfraquecimento do sistema de fiscalização e combate à fraude.

A reforma trabalhista de 2018, conforme Krein (2018), introduziu mudanças significativas no contrato de trabalho, beneficiando os empregadores em detrimento do bem-estar dos trabalhadores. A liberalização da terceirização é vista como especialmente prejudicial, transformando o trabalhador em uma empresa contratada enquanto a contratante mantém controle sobre a organização e produção de bens e serviços. A expansão de contratos temporários, modalidades intermitentes (onde o trabalhador é pago apenas durante períodos ativos) e parciais, assim como incentivos para contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas (que excluem direitos como licença-maternidade e seguro-desemprego), são igualmente preocupantes.

A nova legislação também facilita a redução de custos e demissões em massa, uma vez que a desobrigação do imposto sindical abre espaço para cortes coletivos ou individuais sem entidades para proteger os interesses dos trabalhadores, nem prestações de contas a instituições públicas. Além disso, permite o encerramento de contratos por acordo entre as partes, frequentemente com prejuízo para os trabalhadores em caso de demissão. Contrariando expectativas de aumento de empregos nos primeiros dois anos após sua implementação, a reforma trabalhista não resultou em incrementos significativos. Salários também perderam valor real, enquanto recortes de trabalhadores autônomos e informais foram registrados (PICOLOTTO *et al.*, 2020).

5.3 O Efeito da Pandemia sobre os Entregadores de Plataforma

Para entender o contexto que levou os motoristas e entregadores de aplicativos a se organizarem coletivamente, é fundamental considerar a pandemia de covid-19 como o catalisador inicial. Em uma pesquisa conduzida por Abílio *et al.* (2020) entre 13 e 27 de abril de 2020, abrangendo 29 cidades, mais de 50% dos respondentes relataram uma redução em sua remuneração com o início da crise sanitária. Antes da pandemia, a remuneração já era considerada baixa, com 47,4% dos respondentes afirmando auferir até R\$ 520,00 por semana. Durante a pandemia, 71,9% declararam receber até R\$ 520,00 e 83,7%, até R\$ 650,00. Neste esse período, houve um aumento de 100% naqueles que auferem menos de R\$ 260 por semana, uma redução de 35,9% para 14,8% naqueles que recebiam mais de R\$ 650,00 semanalmente, e quase 50% dos respondentes apontaram uma queda no bônus concedido pelas empresas detentoras das plataformas de entrega. Os autores concordam com as queixas dos entregadores, anteriormente mencionadas, de que o aumento do número de entregadores durante o período resultou em uma elevação da competição e, conseqüentemente, em uma redução nos valores pagos. Além disso, destacam que ocorreu uma diminuição nas tarifas dinâmicas e na concessão de bônus.

Em relação às medidas preventivas para proteção contra o vírus, 57,7% dos entrevistados afirmaram não ter recebido suporte da plataforma para evitar o contágio pelo coronavírus. Por outro lado, 42,3% relataram ter recebido insumos de proteção, sendo que, desse grupo, 45% mencionaram ter recebido álcool em gel. Ainda conforme a pesquisa, foi observado que 83,2% dos entregadores entrevistados manifestaram receio de contaminação durante a prestação de serviços, evidenciando uma alta carga de tensão e ansiedade associada ao trabalho. Entre aqueles com medo, apenas 39,1% afirmaram que as empresas de plataformas digitais de entrega forneceram medidas protetivas e eles também adotaram por conta própria, sendo que a maioria expressiva, 57,3%, relatou que as empresas não ofereceram tais medidas, mas foram adotadas exclusivamente por conta própria (ABÍLIO *et al.*, 2020).

Certamente, as medidas adotadas mostraram-se amplamente insuficientes. No entanto, para compreendermos a razão, é crucial analisar a extensão e o perfil da força de trabalho que deveria ser contemplada. Conforme a pesquisa de Manzano e Krein (2020) revelou, os dados

da PNAD naquele ano indicavam que, dos 271,7 mil motoboys, 97% eram homens. Da mesma forma, entre os 645,9 mil entregadores de mercadorias, 93,9% eram do sexo masculino, sendo que 65,8% e 61,7% destes eram, respectivamente, negros. Essa força de trabalho caracteriza-se também por ser predominantemente jovem, enfrentando dificuldades significativas de ingresso e reingresso no mercado de trabalho. Segundo a mesma pesquisa, durante maio de 2020, 13,8% das pessoas ocupadas apresentaram sintomas relacionados à covid-19. Especificamente, as taxas foram de 14,7% para motoristas de aplicativos e 15,7% para entregadores de mercadorias e restaurantes. Apesar desses desafios, os entregadores foram a categoria que menos se afastou do trabalho quando doentes, registrando uma taxa de afastamento de 12,5%, em comparação com 15,2% dos motoboys e 35,9% dos motoristas.

Adicionalmente, conforme destacado por Aquino *et al.* (2020), é importante ressaltar que o requisito primordial para a obtenção de qualquer auxílio financeiro era a apresentação de um teste de covid-19 positivo. Isso, por si só, representava um desafio considerável devido à dificuldade de acesso aos testes no Brasil naquela época. Até maio de 2020, o país registrava 13.993 mortes e 202.918 casos confirmados de covid-19, enfrentando uma crescente transmissão do vírus sem superar os desafios na testagem desde o início da epidemia. Apesar dos esforços anunciados para ampliar o número de testes, o país distribuiu menos da metade dos 17 milhões planejados até o final de maio daquele ano. A dificuldade em obter insumos e processar os exames, somada à ausência de dados sobre testes na rede privada, comprometeu a compreensão da real extensão da pandemia. O governo lançou iniciativas, incluindo um estudo amostral e um novo programa de testagem, mas a efetividade ainda estava por ser comprovada. Enquanto a testagem limitada persistia, o país enfrentava o desafio de controlar a disseminação do vírus, com estados como Paraíba, Maranhão, Pará e Amazonas apresentando alta velocidade de transmissão²⁶.

Isso gerou uma resposta por parte das plataformas, e aqui focaremos no *iFood*: Em 22 de março de 2020, a empresa lançou a campanha “Nossa Entrega”²⁷, divulgando as primeiras medidas preventivas. Dentre essas ações, destacam-se a implementação da opção de entrega sem contato, o estabelecimento de um fundo solidário para apoiar entregadores com mais de 65

²⁶ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-15/brasil-distribui-a-metade-dos-testes-de-covid-19-que-prometeu-e-nao-tem-ideia-de-quantos-deles-foram-feitos.html>>

²⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FXD0IOkxVz4>>

anos ou com comorbidades de saúde, a criação de outro fundo destinado ao auxílio de restaurantes e mercados de pequeno porte, a distribuição de álcool em gel e kits informativos.

Além disso, a empresa estabeleceu parcerias estratégicas, como uma colaboração com a rede Avus para oferecer um plano de vantagens de saúde gratuito, a instalação de estações de higienização na cidade de São Paulo, uma parceria com a MetLife para a disponibilização de seguro de vida, a criação de pontos de apoio em restaurantes e o aumento do valor mínimo de entrega de R\$ 5,31 para R\$ 6,00. Também houve um ajuste no valor mínimo por quilômetro rodado, aumentando de R\$ 1,00 para R\$ 1,50.²⁸ Essas iniciativas foram amplamente divulgadas por meio de comunicados à imprensa e postagens em redes sociais, além de estarem disponíveis na página institucional da plataforma.

5.4 O Breque dos Apps – Resistência e Desafios Organizacionais dos Entregadores Antifascistas

Em junho de 2020, um coletivo de entregadores liderado por Paulo Lima, conhecido como Galo, fundou os Entregadores Antifascistas, ganhando ampla repercussão nacional e reconhecimento por sua aparente capacidade organizacional. No entanto, o grupo parece ter se desarticulado com alguma rapidez. Em uma entrevista realizada em 21 de março do mesmo ano, Galo relatou ter sido desligado da plataforma *iFood* após um incidente envolvendo sua moto durante uma entrega. Movido pela indignação diante da falta de transparência das plataformas e da ausência de suporte inicial durante a pandemia de covid-19, Galo iniciou um abaixo-assinado que rapidamente alcançou 550.000 assinaturas. Este documento clamava pela disponibilização, por parte dos aplicativos, de café da manhã, almoço, jantar e kits de higiene pessoal, visando a proteção contra o vírus. Adicionalmente, Galo registrou um vídeo no qual resalta os desafios enfrentados ao realizar entregas de comida, sublinhando a ausência de garantia de uma alimentação adequada diante da baixa remuneração. O vídeo alcançou grande repercussão, viralizando nas redes sociais. Diante desse cenário, Galo passou a engajar-se ativamente em protestos antifascistas e antirracistas, buscando mobilizar outros entregadores para o movimento²⁹.

²⁸ Disponível em: <https://entregador.iFood.com.br/covid-19-nossa-entrega/nossas-iniciativas-para-voce/>

²⁹ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-28/galo-lanca-a-revolucao-dos-entregadores-de-aplicativo-essenciais-na-pandemia-invisiveis-na-vida-real.html>>

A motivação de Paulo Lima era capacitar os entregadores não apenas para evidenciar a precariedade da categoria, mas também para confrontar o que ele percebia como autoritarismo do governo Jair Bolsonaro. De acordo com suas declarações, o caráter político do grupo deriva precisamente da percepção de um poder maior sobrepujando poderes menores, uma dinâmica que, segundo ele, manifestava-se tanto no governo quanto nas plataformas de entrega. O que, para ele, seria notável na recusa dessas plataformas em dialogar com os trabalhadores que dependiam delas para garantir seu sustento (Lourenço Filho, 2021). Em entrevista à Agência Pública, porém, Galo admitiu uma certa resistência por parte dos outros entregadores ao adotar um discurso tão abertamente político³⁰.

Alguns meses depois, em 1º de julho de 2020, ocorreu o primeiro Breque dos Apps, uma iniciativa que contou com a organização e participação de diversos grupos, coletivos e sindicatos para além dos Antifascistas. Os entregadores foram convidados a desconectar dos aplicativos, além de manifestações físicas terem ocorrido em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Salvador, Recife, Teresina, Maceió, Campinas³¹ e acredita-se que também em outras capitais latinas³². Segundo apuração da Tilt, embora o Breque não tenha de fato provocado uma paralisação total dos serviços de entrega, contou com uma aderência alta e significativa diminuição dos motoboys nas ruas naquele dia³³.

Segundo a mesma reportagem, as reivindicações na época eram diversas e incluíam: apoio contra acidentes, fim dos bloqueios indevidos, fornecimento de equipamentos de proteção durante a pandemia, reajuste anual programado, estabelecimento de uma tabela de preços a ser acordada entre os entregadores e a plataforma (e não determinada pelo governo e agências reguladoras), além de um reajuste geral nos preços. Naquele momento, os entregadores recebiam entre R\$4,50 e R\$7,50 por corrida, com uma remuneração adicional de R\$0,50 a R\$1 por quilômetro rodado. Outras demandas incluíam a implementação de um programa de pontos,

³⁰ Disponível em: <<https://apublica.org/2020/06/entregadores-antifascistas-nao-querem-gado-querem-formar-entregadores-pensadores/>>

³¹ Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/07/01/greve-dos-entregadores-ocorre-em-diversas-capitais-do-brasil-confira.htm>>

³² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/entregadores-organizam-paralisacao-e-movimento-chega-a-capitais-latinas.shtml>>

³³ Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/07/01/greve-nao-para-apps-mas-afeta-sistema-e-mostra-forca-de-entregadores.htm>>

uma vez que alguns expressaram insatisfação em relação às plataformas que classificam os motoristas com base em seu desempenho.

Durante a pandemia, não é surpreendente que as frustrações da categoria tenham alcançado seu ponto máximo. Enquanto as plataformas viam um aumento significativo no volume de pedidos e mais pessoas perdiam seus empregos formais, recorrendo ao trabalho por meio dessas plataformas, os ganhos dos entregadores diminuía a cada entrega realizada. Em uma entrevista à Folha de São Paulo³⁴ Kelvin Brito, um entregador de 21 anos, compartilhou sua experiência de passar 15 horas nas ruas para ganhar apenas R\$80. A matéria também destaca que desde março de 2020, o Ministério Público do Trabalho (MPT) emitiu várias recomendações aos aplicativos e instaurou ações civis públicas para garantir que as empresas cumprissem medidas mínimas de higiene e limpeza. No entanto, essa obrigação foi suspensa pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) atendendo a pedidos das empresas que entraram com recurso.

No dia 25 de julho de 2020, foi organizado o segundo Breque dos Apps, também em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, São Luiz, Curitiba e Belo Horizonte. Ainda que tenha contado com menor adesão do que o primeiro Breque, os protestos contaram com a participação de outros atores sindicais, profissionais da saúde, e organizações como o Movimento Sem Terra, que distribuiu pratos de comida provenientes de agricultura familiar para os manifestantes. Alguns dos avanços decorrentes da manifestação incluíram um encontro entre lideranças e o presidente da Câmara dos Deputados da época, Rodrigo Maia, para discutir propostas. Entre elas, destaca-se a apresentada pela deputada Tábata Amaral, que visa criar um modelo específico para contemplar os trabalhadores da plataforma, com o objetivo de preservar a autonomia almejada pelos autores, ao mesmo tempo em que garante direitos mínimos considerados básicos.³⁵ Além das manifestações registradas em 1 e 25 de julho de 2020, outras também ocorreram. Em outubro do mesmo ano, na região do Vale do Paraíba, interior de São Paulo, e em Maceió (Alagoas), observou-se um protesto impulsionado pela elevação histórica dos preços dos combustíveis, que perdurou vários dias³⁶.

³⁴ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/entregadores-defendem-preco-minimo-por-corrida-unificado-a-todos-os-apps.shtml>>

³⁵ Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/07/25/breque-dos-apps-no-sabado-e-menor-mas-protestos-ocorrem-nas-capitais.htm>>

³⁶ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/11/greves-de-entregadores-contr-apps-de-delivery-se-espalham-e-ja-duram-dias>>

Entre 2020 e 2021, tornou-se praticamente impossível dissociar a imagem dos Entregadores Antifascistas do Breque dos Apps —aqui é importante enfatizar que embora o grupo tenha desempenhado um papel de destaque durante o primeiro Breque dos Apps e Paulo Galo tenha consolidado sua liderança de maneira significativa na mídia, essas manifestações sempre contaram com o apoio de outros grupos. Dentre eles, destaca-se o Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas do Estado de São Paulo (SindimotoSP), a Associação de Motoristas de Aplicativos de São Paulo (AMASP) e outros atores autônomos.

Paulo Galo, devido às suas inúmeras entrevistas nos veículos de comunicação mais importantes do país, como Folha de São Paulo, Uol, Carta Capital, Agência Pública, The Intercept Brasil, El País, entre outros, suas participações em podcasts e sua expressiva base de mais de 200 mil seguidores nas redes sociais, emergiu como líder do movimento, seja por autodeclaração ou não. Em uma entrevista a Ecoa Uol, logo no início da organização do coletivo, Galo ancorava seu discurso na luta por alimentação e medidas protetivas contra o vírus. Conforme comentamos anteriormente, essa luta tem uma relação direta com a perda de ganhos dos entregadores durante a pandemia e a ausência de vínculo empregatício pelas plataformas, que não garantem nenhum benefício além do valor pago pelas entregas. Segundo Galo, parte da resistência dos colegas teve a ver com a crença na falácia do empreendedorismo, influenciados pelo discurso das plataformas de entrega³⁷.

Conforme os meses se passaram e o coletivo amadureceu, as demandas não apenas se ampliaram para aquelas mencionadas no início desta seção, mas também surgiram diferenças significativas entre os diversos atores envolvidos na luta. Nossa primeira hipótese a ser testada é se a *coexistência de diferentes discursos e projetos políticos dentro do movimento dos Entregadores Antifascistas, combinada com a dificuldade de alinhar as demandas específicas da categoria aos perfis mais amplos dos sindicatos, contribuiu para a fragmentação do movimento, que não conseguiu estabelecer frentes de apoio organizacional compatíveis com seus objetivos de longo prazo.*

A discordância sempre foi uma constante nas discussões, especialmente em relação às preferências por modalidades de trabalho. No entanto, questões como bloqueios indevidos e o

³⁷ Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/lider-dos-entregadores-antifascistas-paulo-galo-lima-quer-comida-e-melhores-condicoes-de-trabalho-para-o-grupo/#page8>>

descontentamento com as plataformas surgiram como pontos de convergência. A heterogeneidade dos grupos envolvidos reflete-se em suas distintas demandas: enquanto alguns defendem a busca por contratos de trabalho, outros argumentam que esse modelo prejudicaria a flexibilidade de trabalhar conforme sua vontade, considerando que muitos possuem outras fontes de renda. Em entrevista para a Folha de São Paulo³⁸, Galo comentou que o objetivo do grupo era a CLT, ou seja, o reconhecimento de vínculo empregatício, que seria garantido por meio do fornecimento de alimentação entre as horas de trabalho, mas ele reconhece que muitos ali estavam focados em pautas que viam como maiores, como o fim dos bloqueios, implementação de taxas mínimas, auxílio acidente, entre outros. Também reconheceu que não via uma união completa entre os Antifascistas e o Sindimoto-SP, por exemplo:

Unidos completamente eu acho que não estamos. Se o pessoal não quer CLT, beleza, essa é a nossa luta, estamos na greve para dar apoio. Nós e o Sindimoto não temos nada a ver. [...] Está havendo certa disputa, mas se tem alguém que não quer disputar isso somos nós. Deixei claro várias vezes que se não quiserem apoio, podemos nos retirar. A gente não levou bandeira para a greve.³⁹

A pesquisa conduzida por Lourenço Filho (2021), que também analisou as declarações de Galo para a mídia, revelou que, em uma entrevista, ele afirmou que o objetivo era melhorar as condições da CLT. Segundo Galo, a ideia era expandir e agregar direitos ao modelo existente, por meio do empoderamento dos trabalhadores. Ele ressaltou a importância de os trabalhadores perceberem que possuem uma força coletiva superior à do empregador, que é dependente da mão de obra, enquanto os trabalhadores não são necessariamente dependentes da figura do patrão.

Posteriormente, em depoimento⁴⁰ à CPI dos Aplicativos — assunto que abordaremos com maior profundidade mais adiante —, Gilberto Almeida dos Santos, presidente do Sindimoto-SP, afirmou que tinha compromisso com o reconhecimento do vínculo empregatício, argumentando que a situação dos entregadores e motoristas de aplicativo só seria resolvida por meio desse reconhecimento. Segundo ele, apenas a CLT, conquistada através do sacrifício dos trabalhadores, poderia oferecer a proteção necessária para esses profissionais. É importante destacar que o sindicato, fundado em 1991, não se dedica exclusivamente aos

³⁸ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/acreditaram-na-mentira-do-empREENDEDORISMO-DIZ-LIDER-DO-ENTREGADORES-ANTIFASCISTAS.shtml>>

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://www.youtube.com/watch?v%3DyMMtK_-fWk0&sa=D&source=docs&ust=1723251858602911&usg=AOvVaw13cIwr4jbY78v4KMBO4V17>

interesses dos entregadores de aplicativo. Desde sua criação, o sindicato acumulou diversas conquistas, especialmente para os motoboys, incluindo a colaboração com o Governo Federal na criação da Lei 12.009 e a implementação da Lei 12.997, que assegura um adicional de periculosidade de 30%. Além disso, também mobilizou esforços para que o Congresso Nacional regulamentasse os corredores de motos e ampliasse as áreas de espera nos semáforos.⁴¹ Desde 2019, já tinham contato com as plataformas, quando denunciaram ao Ministério Público do Trabalho (MPT) práticas antissindicais da *Loggi* (plataforma de entrega de mercadorias), como perseguição a dirigentes e bloqueio de trabalhadores grevistas na plataforma (MACHADO; CONRADT, 2022).

Embora, à primeira vista, o apoio de um sindicato experiente possa parecer positivo, as divergências não vinham só dos Entregadores Antifascistas. Eduardo Lima de Sousa, presidente da Associação de Motoristas de Aplicativo de São Paulo (AMASP) e figura de destaque entre os entregadores de aplicativos, adota uma postura crítica em relação aos sindicatos, argumentando que eles não representam adequadamente a categoria. Sousa, que fundou a associação em 2016, argumenta que, embora os sindicatos tenham poder sobre a classe trabalhadora, essa categoria específica ainda carece de reconhecimento profissional formal. Além disso, ele aponta para possíveis conflitos de interesse, uma vez que os sindicatos podem ter vínculos com outras entidades sindicais, como a dos taxistas, o que, em sua visão, compromete a imparcialidade e a efetividade na defesa dos interesses dos trabalhadores de aplicativos.⁴² Ainda:

O que eu quero que fique muito claro é que os motoristas entendam que a associação Amasp, ela é uma associação e não um sindicato. A associação Amasp é composta por diretores motoristas que trabalham no dia a dia igual a todos os que compõem a categoria. Muitos confundem associação com sindicato e a gente não consegue chegar a uma parte da classe por eles não saberem essa diferença. Eles acham que associação e sindicato é uma mesma entidade. Não é. São entidades totalmente diferentes. O sindicato, toda investida de sindicato, ele sempre está visando um retorno financeiro para a sua entidade. Esse é o intuito. Já uma associação, não. A visão da associação é não pensar somente na árvore, mas sim na floresta. Não pensar somente em um motorista, mas sim no montante, na classe como um todo. Ver a classe como um todo em âmbito mundial. É uma classe que todo motorista de aplicativo tem prazer em ser motorista de aplicativo. Essa é a nossa luta. Essa é a visão, essa é a busca da associação.⁴³

⁴¹ Disponível em: <<https://gildosmotoboys.com/conquistas/>>

⁴² Disponível em: <<https://55content.com.br/motorista/o-motorista-ganha-so-5-reais-em-15-minutos-mas-precisa-de-8-mil-para-trabalhar-diz-presidente-da-amasp/>>

⁴³ Ibidem.

Tendo iniciado sua carreira como motorista de ônibus antes de migrar para a *Uber*, o líder possui experiência prévia em questões regulatórias, tendo atuado na regulamentação das lotações clandestinas. Sob sua liderança, a AMASP alcançou marcos importantes, como o apoio ao desenvolvimento do Projeto de Lei 13.640⁴⁴, que regulamentou o transporte remunerado privado individual de passageiros. Contudo, essa conquista trouxe desafios adicionais, como a transferência da regulamentação para o âmbito municipal, o que criou uma complexidade para os motoristas de aplicativo que transitam entre diferentes cidades em um mesmo dia. As distintas regulamentações municipais podem resultar em penalidades variadas, como apreensão de veículos ou multas. A AMASP também atuou em outras frentes, como na denúncia ao Ministério Público Federal contra a modalidade *Pool* da *Uber*, que permitia o compartilhamento de corridas. Por ser uma associação que não arrecada verbas, sua estratégia de atuação foca no âmbito político, buscando representatividade e melhores condições de trabalho por meio do diálogo com representantes políticos. Além disso, a AMASP estende seu apoio internacionalmente, participando de iniciativas de regulamentação na Bolívia e em Cuba, e marcando presença em convenções internacionais, como a realizada em Londres em 2018⁴⁵.

A associação tem sido uma crítica ferrenha ao regime CLT para os trabalhadores de plataforma, defendendo que os motoristas valorizam sua autonomia e, por isso, não desejam um contrato de trabalho fixo. Essa posição sempre foi central para o grupo e continua a ser defendida até hoje. Em vez disso, eles apoiam um projeto de lei alternativo que regula as relações entre motoristas e empresas de mobilidade urbana: este projeto proíbe metas de cancelamento e aceitação de corridas impostas aos motoristas e estabelece condições claras para o cancelamento de serviços. Além disso, define que os motoristas não são empregados nem sócios das operadoras, assegurando o direito à defesa em casos de exclusão ou suspensão. O PL também introduz um sistema de cobrança baseado em markup, que garante a cobertura dos custos operacionais e um lucro mínimo de 20%, com valores determinados pelo governo e monitorados por associações ou sindicatos⁴⁶.

A AMASP, embora não adote um discurso político ideológico ou esteja vinculada a um projeto social alternativo, como os Entregadores Antifascistas, exerce uma participação política

⁴⁴ Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13640-26-marco-2018-786385-publicacaooriginal-155125-pl.html> >

⁴⁵ Disponível em: < <https://55content.com.br/motorista/o-motorista-ganha-so-5-reais-em-15-minutos-mas-precisa-de-8-mil-para-trabalhar-diz-presidente-da-amasp/> >

⁴⁶ Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2419137> >

ativa e assume uma postura crítica em relação ao governo quando necessário. Tanto a AMASP quanto o Sindimoto-SP atuam politicamente, mas de formas distintas. O Sindimoto-SP adota uma abordagem mais tradicional, oferecendo assistência jurídica aos seus associados, defendendo o vínculo empregatício e abordando temas como o acesso à saúde pública. Eles alertam que o Sistema Único de Saúde (SUS) pode se sobrecarregar ao longo dos anos, devido ao cuidado de motoristas e entregadores desamparados pela falta de vínculos formais e, consequentemente, sem acesso adequado à saúde.⁴⁷

Sobre o Breque dos Apps, Gilberto, presidente do Sindimoto-SP, afirmou em entrevista⁴⁸ que, embora tenha apoiado e participado do movimento, não acredita que seja a melhor solução para os problemas dos trabalhadores de plataforma. Para ele, embora seja eficaz para atrair atenção midiática, o movimento não gera os efeitos operacionais desejados. Isso porque, uma vez que a greve é anunciada, os aplicativos rapidamente conseguem preencher as vagas com uma fila de pessoas interessadas em trabalhar. Além disso, entre os que já estão na plataforma, muitas vezes a necessidade financeira supera o desejo de participar da manifestação.

Ainda sobre a relação com os sindicatos, Galo criticou⁴⁹ o modelo tradicional por sua rigidez e desconexão com as necessidades contemporâneas dos trabalhadores. Ele relatou suas interações com a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e Conlutas, sublinhando a crescente insatisfação dos entregadores com essas entidades. Na visão de Galo, é necessário reinventar o sindicalismo por meio da fusão dos princípios sindicais com o modelo cooperativo, criando uma nova estrutura organizacional mais eficaz. Ele elogiou o MST (Movimento dos Sem Terra) por sua abordagem prática e colaborativa, destacando a troca de apoio que teve com o movimento, que recomendou a criação de uma cooperativa, mas sugeriu manter o movimento como um espaço de luta social, criando uma cooperativa separada que organizaria o trabalho e atenderia às demandas dos trabalhadores.

O grupo, porém, enfrentava divergências ideológicas significativas entre seus membros, que incluíam anarquistas, comunistas e socialistas. Galo destacou que, apesar dessas diferenças, a principal meta dos Entregadores Antifascistas é o empoderamento do trabalhador. O nome

⁴⁷ Fonte: Depoimento à CPI dos Aplicativos. Ver ref. 40.

⁴⁸ Disponível em: <<https://revistarosa.com/4/entrevista-com-gilberto-santos>>

⁴⁹ Disponível em: <<https://quatrocinco.com.br/entrevistas/desigualdades/o-bagulho-e-arriscado/>>

"Entregadores Antifascistas" foi escolhido para provocar e distinguir aliados de adversários, o que gerou resistência inicial. Essa resistência o levou a reavaliar sua abordagem, levando-o a, por um breve momento, focar nos entregadores de bicicleta, que enfrentavam maiores dificuldades e poderiam compreender melhor a proposta do movimento ⁵⁰.

É importante destacar que o poder institucional dos trabalhadores de plataforma é praticamente nulo, principalmente devido ao *status* de trabalhador independente, que dificulta a negociação coletiva. Devido aos recursos limitados, ao redor do mundo, esses trabalhadores frequentemente buscam formar coalizões e alianças com sindicatos. Esse suporte pode se manifestar de várias formas, como assistência organizacional, apoio jurídico e, em alguns casos, até suporte financeiro (VANDAELE, 2018). O autor acredita que, apesar das dificuldades, o avanço da tecnologia e o crescimento das plataformas digitais têm levado a uma certa experimentação organizacional. Isso tem gerado novas formas de ação, ainda que algumas semelhanças com o sindicalismo tradicional estejam presentes (MILKMAN, 2013 apud VANDAELE, 2018). Além disso:

Desenvolver sinergias entre a capacidade organizacional do 'velho' e a espontaneidade imaginativa do 'novo', aproveitando as forças de cada um, é um meio importante para construir uma resistência efetiva à recomodificação do trabalho (HYMAN e Gumbrell McCormick 2017, p. 557, apud VANDAELE 2018, p.27)

Neste contexto, é essencial que grupos dissidentes se apoiem mutuamente, não apenas para fortalecer o movimento como um todo, mas também para oferecer suporte organizacional a grupos não convencionais, como os Entregadores Antifascistas. Esses grupos, muitas vezes, enfrentam dificuldades por falta de experiência e recursos para se sustentarem de forma independente. No entanto, essa parceria historicamente encontra desafios, devido à dicotomia entre sindicatos e grupos mais espontâneos. Segundo Hyman e Gumbrell McCormick (2017), os sindicatos foram historicamente formados como uma resistência coletiva à ordem social e econômica, atuando como organizadores não governamentais. Contudo, ao longo do tempo, eles se tornaram mais dependentes do estado e das entidades empregadoras, afastando-se gradualmente do ativismo radical.

⁵⁰ Disponível em: <<https://digilabour.com.br/pt/e-luta-de-classes-mesmo-sem-conversinha-entrevista-com-galo-dos-entregadores-antifascistas/>>

McIlroy (2000), citado por Hyman e Gumbrell McCormick (2017), define essa dinâmica da seguinte maneira: há grupos de "insiders" e "outsiders". Os *insiders* tendem a se afastar da ação direta, enquanto os *outsiders*, que não contam com apoio governamental, recorrem a ações coletivas, protestos e desobediência civil. Esses grupos podem não ter os recursos ou as habilidades necessárias para adotar uma abordagem institucional, ou podem optar por não fazê-lo devido às suas próprias ideologias. Ainda pela definição dos autores, alguns grupos dos Novos Movimentos Sociais se enquadram nessa definição de outsiders, enquanto os sindicatos em suas formações mais contemporâneas teriam um perfil *insider*.

Conseguimos enxergar essa diferença clara na abordagem de ativismo tanto dos Entregadores Antifascistas quanto do Sindimoto-SP: o primeiro tendo um perfil mais combativo e propenso a manifestações e greves e o segundo com a descrença nesses instrumentos como ativos para a mudança. Se considerarmos os Antifascistas como um Novo Movimento Social —e empiricamente encontramos base para sustentar essa afirmação — também devemos levar em consideração que estes grupos possuem uma grande capacidade de atrair atenção midiática, mas raramente atingem seus objetivos a longo prazo. Conforme demonstrado em estudos de casos de organização de trabalhadores de plataforma na América Latina e Europa, especialmente no trabalho de Cant (2019) sobre o *Deliveroo*, as negociações tendem a ocorrer no campo judicial, onde a organização sindical e o apoio de atores com experiência são particularmente úteis.

Ao avaliarmos os objetivos amplos e consideravelmente complexos dos Entregadores Antifascistas, retomamos nossa hipótese de que *a coexistência de diferentes discursos e projetos políticos dentro do movimento, combinada com a dificuldade de alinhar as demandas específicas da categoria aos perfis mais amplos dos sindicatos, contribuiu para a fragmentação do movimento, que não conseguiu estabelecer frentes de apoio organizacional compatíveis com seus objetivos de longo prazo*. Em primeiro lugar, a diversidade de discursos dentro do grupo, como evidenciado pelos relatos de Galo sobre as divergências de opinião, parece ter sido um desafio para a formação e continuidade do movimento. Contudo, essa questão pode ser considerada menos significativa quando comparada às divergências de objetivos e estratégias com outros grupos, como o Sindimoto-SP e a AMASP, que, com organização política e financeira e estabelecimento de objetivos concretos, conseguiram de fato alcançar melhorias para a classe e continuam em plena atividade.

Considerando o que a literatura aponta sobre a importância da coalizão entre diferentes grupos, especialmente pelo compartilhamento de experiências e recursos, não parece imprudente supor que, dada a falta de concretização de objetivos pelos Entregadores Antifascistas, a ausência de sinergia com grupos mais consolidados agravou as dificuldades organizacionais do movimento. Ao analisar o grupo como um movimento social, conforme apontado por Davenport (2015) no seu estudo sobre a desmobilização deles, identificamos, nessa parte, possivelmente a privação de recursos, decorrente da incapacidade de se conectar com atores mais experientes e o fracionamento resultante das divergências sobre objetivos e táticas (como a discordância com a abordagem excessivamente política e radical).

Por outro lado, também reconhecemos que, em sua essência, conforme já mencionamos, o grupo se configura mais como um Novo Movimento Social do que propriamente como um sindicato ou associação. Nesse contexto, ainda que tenha ocorrido sua subsequente desmobilização, o grupo alcançou um feito que raramente é obtido por associações e sindicatos: atrair de maneira eficaz a atenção midiática para a problemática em questão, o que é de inegável valor. Rodrigo Nunes, autor de *Neither Vertical Nor Horizontal. A Theory of Organisation* (ed. Verso, 2021), em uma reportagem publicada na Folha de São Paulo⁵¹ sobre o movimento *Occupy Wall Street* — um dos Novos Movimentos Sociais mais proeminentes da última década —, salientou que, apesar deste grupo não ter conseguido alcançar plenamente seus objetivos, seu legado reside no enriquecimento da compreensão sobre ativismo. Esse legado é evidenciado pela pluralidade das formas de atuação promovidas pelo movimento e pela construção de uma visão política menos binária.

Tal perspectiva dialoga com a concepção de Castells (2013), segundo a qual o verdadeiro significado de um movimento social se encontra na produtividade histórica e cultural de suas práticas. Os autores argumentam que, no curso natural de sua evolução — que vai desde a fase de liberação, onde frustrações são articuladas de maneira mais veemente, até o apelo por deliberação, que implica novas formas de representação e participação política —, os movimentos tendem a se dissolver nas condições de sua própria existência, transformando-se em atores políticos, partidos ou outras formas de agência. É possível conjecturar que, no caso dos Entregadores Antifascistas, a desmobilização tenha ocorrido antes que pudessem evoluir

⁵¹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/09/dez-anos-depois-virus-do-occupy-wall-street-segue-em-mutacao-explosiva.shtml>>

para outro tipo de agência. Nesse sentido, sua existência enquanto grupo teria sido intrinsecamente limitada a um período temporal específico, caracterizando-se, portanto, por uma temporalidade finita.

Ainda na reportagem da Folha, Nunes destaca um aspecto dos Novos Movimentos Sociais que ressoa tanto com Castells (2013) quanto com Estanque (2009): a fluidez nas hierarquias e a ausência de liderança formal. Segundo Nunes, essa dinâmica impõe dificuldades consideráveis em aproveitar janelas de oportunidade e em implementar os elevados padrões de participação e inclusão. Ele também aponta que esses movimentos frequentemente negam a necessidade de estruturas e lideranças. No entanto, embora a sobrevivência desses movimentos possa exigir uma estrutura que contraria suas intenções e ambições iniciais, o reconhecimento de líderes e o acúmulo de capital político, quando não decididos pelos parâmetros democráticos que esses grupos adotam como filosofia, pode se tornar um problema interno. Em luz de todas essas constatações, sugerimos a confirmação da hipótese 1.

O que nos leva a nossa hipótese 2.: *a exposição midiática que centralizou Paulo Galo como líder dificultou a construção de uma identidade coletiva e de uma agenda de reivindicações representativa entre os entregadores antifascistas.*

Em 9 de Janeiro de 2021, a filial do Rio de Janeiro dos Entregadores Antifascistas publicou a seguinte nota de dissolução, que colocamos aqui na íntegra:

“O movimento dos Entregadores Antifascistas ruiu. Ante os mais de 10 coletivos organizados nacionalmente, restaram hoje apenas os coletivos de SP e RJ. A exploração e o horizonte de luta da categoria por outro lado seguem firmes. Segue a necessidade de surgimento de coletivos autônomos, organizados pela base, que consigam se articular dentro de uma proposta comum.

Nós do EAF RJ não reconhecemos a construção artificial de lideranças ou mesmo representantes do movimento. Cada companheira e companheiro executa tarefas que estão ao seu alcance, sem com isso acumular para si qualquer tipo de capital político individual. Buscamos levantar o conjunto dos entregadores no lugar da imagem individual de alguns.

A participação em lives faz parte do conjunto de atividades de divulgação de um movimento social. Entretanto, um dos efeitos é a construção permanente de imagem pública de

uns poucos rostos como símbolos de todo um trabalho político coletivo e complexo. Os apoiadores do movimento dão mais respaldo à construção desse tipo de liderança do que os próprios militantes da articulação de entregadores. Lideranças sociais são reconhecidas pelas suas práticas dentro do movimento. Lideranças não reduzem posições políticas de mulheres à fixação sexual, não desmerecem os esforços de outros militantes e não competem por currículo militante. E principalmente, lideranças sabem fazer autocrítica e balanços concretos, sem ápices de heroísmo. Lideranças políticas são os militantes que sabem ter jogo de cintura na construção do dia a dia.

Ainda que o EAF RJ tenha sido um pequeno coletivo com um grande nome, seguíamos fazendo o mesmo trabalho que nos propusemos desde o começo, quando articulamos o primeiro breque, em 2020. Ontem, hoje e amanhã vamos seguir recusando o oportunismo de carreiristas que desejem construir seu próprio nome no lugar de construir relações sólidas entre militantes populares, independentemente de suas origens territoriais, classe social, gênero, cor de pele e formas de falar. Rejeitamos lideranças iluminadas e sabemos que a liberdade das e dos trabalhadores será resultado de um esforço coletivo da própria base, sem messianismos.

Nossa construção não é antipartidária, mas é apartidária. Somos a favor da democracia de base, onde a prioridade são as decisões coletivas, única autoridade legítima dentro do coletivo e do próprio movimento. Não concorremos a eleição e nem apoiamos eleitores. Somos trabalhadores de base. E seguimos assim. Ainda que a teoria política representativa encante uma parte dos ativistas, sabemos que a farsa eleitoral repetitiva ganha sempre ares de mal menor, mas nunca de solução duradoura. Desejamos construir liberdade e autonomia e nenhuma representação política com ou sem currículo nos dará isso.

Seguimos, como desde o primeiro dia, estimulando e construindo revolta permanente dos entregadores contra exploradores de todas as frentes. A atividade política do EAF RJ nunca rendeu nenhum benefício individual financeiro ou político e nosso horizonte segue sendo a construção de uma luta crescente e de revolta permanente contra todos os ataques vindos tanto do Estado, quanto do Capital, seja nas formas das empresas de aplicativo, seja de outras empresas vinculadas ao nosso sistema de trabalho, como atualmente os shoppings têm feito com os motoboys, ou seja, na forma de sanguessugas diretos e indiretos da burocracia estatal.

Nossas relações sociais são a fonte de todo o poder político. É por esse motivo que trabalhamos com afimco em relações duradouras no tempo e flexíveis nas experimentações, dispostas a se despir a todo momento de preconceitos variados. O antifascismo é a expressão da luta contra o patriarcado e todas as suas formas de organização política autoritária, centralista e personalista. Não existe antifascismo onde a opinião de mulheres é reduzida e silenciada. O impacto dessas práticas sobre 4 militantes ativos do EAF RJ nunca foi esquecido e minou nossas resistências. Nos sentimos isolados e sem voz. Recuperamos a autoestima em parte, mas nunca avançamos além disso. Os impactos das relações de autoridade sabotaram os ânimos de nossas e nossos camaradas.

Dessa forma, o próprio coletivo foi gradualmente se reduzindo até a atual extinção. Nossa última atividade foi em Rio das Ostras, onde ainda tentávamos levantar a bandeira do Antifascismo, independentemente dos acontecidos, mas percebemos que já não havia razão. Somos e seremos capazes de nos refazer dentro de outros espaços, pois nossa bagagem jamais será perdida. Nos rearticularemos na próxima oportunidade junto de camaradas que levistem a bandeira preta mais alto do que cartazes com fotos de líderes. Nenhum passo atrás, nem mesmo pra pegar impulso. Deixamos aqui nossas saudações aos camaradas do EAF SP que fazem trabalho de base permanente e ainda sustentam a construção de seu coletivo. Desejamos sucesso nas lutas e força nos embates. Preferível um modesto e permanente crescimento que os constantes ápices seguidos de depressão que desestimulam os e as companheiras a permanecerem confiantes em seus próprios esforços. Nossa meta não está aberta e nem a venda, queremos o fim do Capital e do Estado. Assinam esse documento de autodissolução do coletivo: L.G.; E.A.; M.E. S.”⁵²

Embora esta nota esclareça vários aspectos sobre a dissolução específica da filial do Rio de Janeiro, acreditamos que o conteúdo oferece pistas valiosas sobre o que pode ter ocorrido com o movimento como um todo. É importante destacar que os Entregadores Antifascistas nunca emitiram uma nota oficial ou fizeram declarações à imprensa sobre o encerramento de suas atividades. Como mencionamos no início deste trabalho, a página principal no *Instagram* permanece ativa, porém, atualmente, está focada em compartilhar relatos do cotidiano dos motoristas. Mais recentemente, a página tem promovido um novo projeto do Galo, o Jornal

⁵² Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CSVv4qLLVQO/>>

Correria, um canal no YouTube dedicado a discutir questões cotidianas dos trabalhadores em geral.

O acúmulo de capital político, é razoável supor, está relacionado a Galo, visto que ele se tornou amplamente reconhecido como a principal liderança do movimento. Sua exposição na mídia supera consideravelmente a de qualquer outro integrante, os quais nunca se manifestaram publicamente em relação ao movimento. Embora, até a data de conclusão deste trabalho, ele não tenha se candidato a nenhum cargo político, foi revelado pelo mesmo em entrevista que conforme sua visibilidade crescia, foi abordado por diversos partidos, entre eles o PMN (Partido da Mobilização Nacional) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que o convidaram a se candidatar a vereador. Contrariando a percepção inicial derivada de seu primeiro vídeo denunciando a fome dos entregadores, Galo afirmou que não pretendia adotar um perfil predominantemente assistencialista. Nesse ponto, ele passou a abordar de maneira mais incisiva as contradições associadas à *Uberização* e a dificuldade de organizar os entregadores, principalmente devido à já mencionada falta de unidade no grupo⁵³.

Em 2020, Galo parecia estar de acordo, pelo seu discurso⁵⁴, com a complexidade relacionada à questão da hierarquia dentro do movimento. Ele destacou o maior desafio enfrentado pelos Entregadores Antifascistas como justamente a organização sem a criação de uma hierarquia tradicional. Galo afirmava que o objetivo era construir um movimento horizontal, no qual o poder estivesse nas mãos dos trabalhadores e não concentrado em um líder. Com o decorrer do tempo, porém, a projeção midiática de Galo parece tê-lo afastado da agenda coletiva do grupo. Em 2021, embora ainda estivesse bastante ligado ao grupo e organizando a base de trabalhadores, sua figura esteve amplamente associada a outros eventos de maior repercussão, como o incidente em que um monumento de um bandeirante foi incendiado por ele, levando à sua prisão e subsequente liberação. Desde então, Galo tem utilizado suas plataformas para abordar uma variedade de temas políticos complexos, incluindo a ascensão do fascismo, luta de classes, racismo e o sistema punitivo⁵⁵.

⁵³ Disponível em: <<https://gamarevista.uol.com.br/semana/onde-voce-trabalha/paulo-galo-Uberizacao-do-trabalho-luta-entregadores-de-aplicativo>>

⁵⁴ Disponível em: <<https://digilabour.com.br/pt/e-luta-de-classes-mesmo-sem-conversinha-entrevista-com-galo-dos-entregadores-antifascistas/>>

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2021/11/25/paulo-galo-entregadores-antifascistas-borba-gato-revolucao/>>

Na definição de Touraine, trazida por Estanque (2009), um movimento só pode ser considerado social quando apresenta a formação de uma identidade coletiva, a identificação de um adversário (oposição) e objetivos sociais mais amplos (totalidade). No caso dos Entregadores Antifascistas, é possível identificar claramente o adversário, representado pelas plataformas, e a totalidade, expressa nos objetivos do grupo voltados para a melhoria das condições da classe trabalhadora como um todo e para o seu empoderamento. No entanto, a identidade coletiva parece ser o ponto mais frágil. Sobre essa questão, Della Porta *et al.* (2022) destacam que a formação de uma identidade coletiva está fortemente ligada à convivência entre os entregadores, que, ao se reunirem em espaços comuns e socializarem, conseguem desenvolver um senso de pertencimento. Contudo, sabemos que, para trabalhadores de plataformas, isso representa um desafio significativo, já que estão fisicamente dispersos. Embora não possamos afirmar com certeza como isso se aplica especificamente aos Entregadores Antifascistas, a natureza do trabalho por si só impõe essa dificuldade. Além disso, outro ponto crucial para o sucesso na formação de protestos coletivos é o estabelecimento de solidariedade e dependência mútua entre os participantes (WOOD *et al.*, 2021).

Para a compreensão da solidariedade, os vínculos estabelecidos entre os entregadores e com outros atores envolvidos na realidade dos trabalhadores de plataforma mostraram-se fundamentais para a sua manutenção, tanto empiricamente quanto na prática, conforme evidenciado pelo estudo de movimentos específicos ao longo deste trabalho. Quando se consideram os propósitos coletivos do grupo, especialmente o ideal de uma estrutura horizontal, sem hierarquias, e a luta por uma sociedade mais igualitária, é plausível supor que a concentração da atenção midiática em um único membro pode ter gerado insatisfação, enfraquecendo a percepção de coletividade dentro do grupo, apontando para a confirmação da hipótese 2. Tal dinâmica sugere que o destaque individual em detrimento do coletivo comprometeu a coesão e a solidariedade essenciais para a continuidade e eficácia do movimento, o que pode ter levado a outro ponto da teoria de desmobilização de movimentos sociais de Davenport (2015): a perda de comprometimento, o processo pelo qual os indivíduos perdem seu envolvimento emocional, não temem mais o custo de sair e não sentem mais obrigação moral com o movimento.

Identificamos alguns fatores que acreditamos terem desempenhado um papel crucial na desmobilização dos Entregadores Antifascistas, como a falta de sinergia com grupos de resistência consolidados, os objetivos divergentes dentro do próprio grupo e o acúmulo de

capital político em uma única liderança. No próximo capítulo, vamos voltar nossa atenção para a relação com uma plataforma específica, o *iFood*, que detém 83% do mercado nacional⁵⁶, para compreender o seu possível papel na desmobilização do movimento.

5.5 Síntese do capítulo

Iniciamos este capítulo com uma breve análise de alguns dos acontecimentos que transformaram a realidade laboral no Brasil nos últimos anos. Seguindo uma tendência global de crescente precarização, a reforma trabalhista de Michel Temer intensificou a flexibilização das relações de trabalho sob a justificativa de criar mais postos de ocupação (PICOLOTTO *et al.*, 2020). Com a pandemia, muitos trabalhadores recorreram à informalidade para garantir sua subsistência, resultando em um aumento exponencial no número de motoristas e entregadores de aplicativos. As longas jornadas de trabalho, a ausência de direitos, a falácia das plataformas sobre a flexibilidade e a alta rentabilidade do trabalho, além do estresse adicional causado pela crise sanitária, serviram como catalisadores para a formação de uma mobilização entre trabalhadores de plataforma no Brasil.

Em 2020, surgiram os primeiros Breques dos Apps, que receberam ampla cobertura midiática e contaram com a participação de diversos atores, incluindo autônomos, sindicatos, associações e os Entregadores Antifascistas. Baseando-se em uma extensa pesquisa de artigos acadêmicos, reportagens, entrevistas e outros materiais disponíveis na mídia, traçamos a trajetória do grupo para compreender as motivações por trás de sua mobilização, suas possíveis divergências e diálogos com esses outros atores, bem como os desafios organizacionais que enfrentaram. Esse processo nos permitiu testar e confirmar duas de nossas hipóteses, nos deixando mais próximos de algumas respostas.

Acredita-se que o grupo, com objetivos amplos e politicamente complexos, possa ter enfrentado desafios significativos que comprometeram a continuidade de seu propósito. A aparente falta de experiência, somada à heterogeneidade dos trabalhadores de plataforma — que, por exemplo, não conseguiu se unificar em torno de uma reivindicação específica sobre o

⁵⁶ Disponível em: <<https://abrasel.com.br/noticias/noticias/iFood-ficou-tao-grande-que-afeta-concorrenca-e-clientes-dizem-analistas/#:~:text=O%20iFood%20hoje%20domina%2083,dedicadas%20a%20entregas%20de%20alimentos.>>

modelo de trabalho — impediu a aproximação com atores mais experientes, que detinham a expertise jurídica necessária para promover melhorias no judiciário, a entidade responsável pela maioria das decisões relacionadas a essa classe. Além disso, os membros do grupo não conseguiram alcançar um consenso sobre o tom político adotado, o que, conforme nossa pesquisa, sugere que o grupo permaneceu limitado a uma mobilização inicial. A ausência de uma organização coesa dificultou a formação de um ator sólido e estruturado, com um conjunto unificado de reivindicações.

Observamos, porém, que os Entregadores Antifascistas se posicionaram bem como um Novo Movimento Social, sendo capaz de alcançar uma projeção que sindicatos raramente são capazes, e neste sentido, conseguiram alcançar significado por meio da produtividade histórica e cultural de suas práticas (CASTELLS, 2013). Mas como a literatura enfatiza a importância da colaboração entre diversos grupos para a troca de experiências e recursos (HYMAN e GUMBRELL MCCORMICK, 2017), a falta de alinhamento dos Entregadores Antifascistas com organizações mais estabelecidas provavelmente agravou seus desafios organizacionais. De acordo com Davenport (2015), ao analisarmos o grupo como um movimento social, apontamos privação de recursos, devido à dificuldade de se conectar com atores mais experientes, e o fracionamento causado por divergências internas sobre objetivos e estratégias, como o desacordo com uma abordagem excessivamente política, como fatores que podem ter contribuído para a desmobilização.

Além disso, considerando os objetivos coletivos do grupo, como a busca por uma estrutura horizontal e uma sociedade mais igualitária, é plausível que a atenção midiática focada em um único membro, Paulo Galo, tenha gerado insatisfação e enfraquecido o sentimento de coletividade. Essa dinâmica sugere que a ênfase no destaque individual em vez do coletivo comprometeu a coesão e a solidariedade necessárias para a continuidade e eficácia do movimento. Isso pode ter levado à perda de comprometimento, conforme descrito por Davenport (2015), onde os indivíduos perdem o envolvimento emocional, não temem mais os custos de sair e não sentem mais uma obrigação moral para com o movimento.

6 IFOOD: DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS À RETALIAÇÃO

Desde que a pandemia de covid-19 foi declarada em 11 de março de 2020, os entregadores de plataformas de *delivery* enfrentaram desafios profundos, conforme já expusemos anteriormente. Esta seção se propõe a analisar as estratégias adotadas pelo *iFood*, líder do setor no Brasil, em resposta à resistência organizada por seus trabalhadores. A escolha do *iFood* como objeto de estudo não se dá apenas por sua posição dominante no mercado, mas também por sua postura diante dos movimentos de mobilização dos entregadores. Serão explorados os métodos empregados pela empresa durante e após esses eventos, com o objetivo de revelar as dinâmicas complexas de poder que emergiram nesse contexto. Ao longo desta seção, será avaliada nossa terceira e última hipótese: *o alcance conquistado pelo grupo teve um efeito ambíguo: enquanto popularizou as demandas da classe, também o tornou o coletivo suscetível a represálias desproporcionais por parte da principal plataforma de entrega no Brasil, o iFood, contribuindo significativamente para sua desmobilização.*

Em resposta ao primeiro Breque dos Apps, o *iFood* divulgou um comunicado chamado “Abrindo a Cozinha”⁵⁷ em seu aplicativo e site, buscando esclarecer aspectos sobre a empresa e sua relação com os parceiros. O texto, que inclusive foi veiculado em rede nacional em horário nobre, abordou temas como o cálculo do valor da entrega, o funcionamento das gorjetas e medidas de proteção contra a covid-19. O *iFood* destacou que 70% dos pedidos eram entregues por profissionais contratados pelos próprios restaurantes, e apenas 10% dos pedidos de *delivery* no país são realizados por meio de aplicativos, conforme uma pesquisa do Instituto Locomotiva. Além disso, a empresa forneceu dados internos, incluindo a média de ganhos de um entregador em maio de 2020 e ações tomadas para proteger os entregadores durante a pandemia. O vice-presidente do *iFood*, Diego Barreto, reconheceu a legitimidade da greve, afirmando que a maioria das demandas dos entregadores é justa, mas destaca a necessidade de maior participação do Estado na regulamentação da jornada de trabalho fragmentada desses profissionais. Barreto assegura que a empresa cumpre a maioria das reivindicações dos manifestantes, oferecendo seguro contra acidentes, distribuindo kits de segurança e financiando a remuneração para os entregadores afetados pela covid-19.⁵⁸

⁵⁷ O original não está mais disponível no site: <<https://institucional.ifood.com.br/abrindoacozinha>>

⁵⁸ Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/07/01/em-meio-a-greve-ifood-divulga-texto-no-app-sobre-relacao-com-entregadores.htm>>

Logo em seguida, torna-se evidente um esforço mais significativo por parte do *iFood* em aprimorar sua imagem pública. Foi lançada uma campanha intitulada “Viver é uma entrega⁵⁹”, na qual uma série de vídeos de depoimentos de supostos entregadores foi veiculada no YouTube. Nesses vídeos em preto e branco, curtos e impactantes, entregadores compartilham histórias de felicidade proporcionadas pela plataforma, mesmo em meio à pandemia. Os depoimentos incluem uma mãe de família discorrendo sobre o impacto positivo de levar alimentos para outras famílias, e um homem destacando a importância do *iFood* como fonte de renda quando estava fora do mercado de trabalho. Além disso, há depoimentos de clientes que utilizaram a plataforma como uma forma cuidadosa de enviar comida para seus familiares durante a pandemia. Essa estratégia parece ser uma resposta direta às críticas e busca apresentar uma perspectiva mais positiva da experiência dos entregadores e usuários com o *iFood*.

Em abril de 2022, veio a público, por meio de uma reportagem escrita por Clarissa Levy para a Agência Pública, a revelação de mais de 30 documentos, incluindo relatórios de entrega, cronogramas de postagens, vídeos, atas de reuniões e trocas de mensagens.⁶⁰ Esses documentos comprovam que o *iFood* não apenas contratou agências de publicidade para veicular campanhas, mas também para empregar estratégias com o intuito de esvaziar a narrativa dos entregadores que estavam reivindicando melhores condições. Durante pelo menos um ano, por meio de uma publicidade não assinada, duas agências (Benjamin Comunicação e SQi), foram responsáveis por duas páginas no *Facebook*: a Não Breca Meu Trampo e Garfo na Caveira.

Num primeiro momento, o trabalho da Benjamin Comunicação abrangeu várias frentes: funcionários infiltraram-se em diversos grupos de *Whatsapp* para compreender os entregadores, suas queixas e formas de comunicação. Posteriormente, foram criadas as duas páginas, sendo que a “Não Breca Meu Trampo” se concentrou em hostilizar a mobilização dos entregadores, acusando o movimento de “fazer politicagem” e opondo-se a manifestações, além de atacar projetos de lei que buscavam regulamentar o trabalho dos entregadores e oferecer benefícios para a categoria. Os publicitários agiam como se fossem entregadores, utilizando a linguagem aprendida durante o estudo, e criavam perfis falsos para participar de discussões e manifestar

⁵⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/results?search_query=viver+%C3%A9+uma+entrega>

⁶⁰ Disponível em: <<https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-iFood/>>

apoio. É crucial destacar que as postagens sempre tinham um tom que, ao mesmo tempo, enaltece a plataforma como uma solução digna para os trabalhadores e atribuíam de alguma forma a responsabilidade de cuidado ao Estado. Ainda, diziam que era graças as plataformas que eles não estavam passando fome, pois era a única alternativa de trabalho na altura.

A suposição de que o alvo principal dessas investidas da empresa eram os Entregadores Antifascistas pode ser considerada prudente, dado o contexto apresentado. Em um vídeo obtido pela Pública, Adriana Souza, sócia da agência, comentou em uma reunião com um colega não identificado que as ações da agência "mataram o Galo". Ela afirmou: "A gente sabe disso. A gente matou o Galo. Galo era... O Galo era candidato. [...] A coisa mais doida disso tudo é que o Galo era candidato a vereador [...] Ele quase tomou porrada no Pacaembu porque a gente só fez o seguinte: 'Que legal, o cara, olha o movimento político, não tem nada a ver com o entregador.'"

Em janeiro de 2021, outra agência especializada em monitoramento e marketing digital, a SQi, tornou-se parte integrante do projeto como um braço da Benjamim. A SQi, especializada em gerenciamento de crises e monitoramento de redes, assumiu a administração da página "Não Breca Meu Trampo" e criou outras páginas e usuários falsos no *Facebook* e *Twitter*. A empresa utiliza programas de monitoramento de redes sociais, conhecidos como softwares de *big data*, capazes de obter informações a partir de grandes conjuntos de dados. Os documentos revelam que, antes da publicação, cada conteúdo passava pela aprovação da equipe da Benjamim, a agência que mantinha a conta direta com o *iFood*. Naquele mesmo mês, a equipe da SQi lançou a página de memes "Garfo na Caveira", destinada a compartilhar memes de interesse dos entregadores, elogiando o trabalho de entrega por meio de aplicativos e mantendo presença nas plataformas do *Facebook* e *Instagram*. Ao longo de oito meses, especialistas em monitoramento de redes sociais, redatores e diretores de arte colaboraram sob a coordenação de Roberto Marques, cofundador da agência, para desenvolver as publicações.

Uma fonte que alegou ter prestado serviços às agências no projeto *iFood* afirmou que a orientação era criar conteúdos engraçados que estimulam o engajamento, permitindo críticas ao *Rappi* ou *Uber Eats*, mas não ao *iFood*. Segundo ela, o conteúdo, estética e vocabulário dos posts eram embasados em relatórios de monitoramento de redes e pesquisas sobre o universo dos entregadores. Além disso, outra fonte que alega ter participado da campanha revelou que o monitoramento permitia coletar as discussões entre os entregadores, identificar os assuntos

populares e utilizar essas informações para construir a narrativa. Essa estratégia também se apoiou em pesquisas quantitativas e qualitativas para analisar o perfil dos entregadores, proporcionando uma compreensão mais profunda da importância do aplicativo em suas vidas. Com isso, foram criados diversos perfis de falsos entregadores para alimentar o debate, sempre alegando que as manifestações eram suspeitas, e defendendo que os entregadores tinham de trabalhar e não podiam arcar com os custos de ficarem parados.

No material recebido pela jornalista, constava uma pesquisa encomendada pelo *iFood* e realizada pela Locomotiva Pesquisas e Estratégia em março de 2021. Com base em uma amostra de 1.484 entrevistados, os resultados apontaram que 89% dos participantes contavam com o *delivery* como sua principal fonte de renda, utilizando-o para pagar contas básicas como comida, água e luz. Entre os mais pobres, 94% revelaram o mesmo. Essa pesquisa não foi encontrada no site institucional da empresa. É importante observar que esses dados não foram divulgados pelo *iFood*, que, em sua comunicação oficial, sempre buscou expor os dados mais positivos.

Uma outra pesquisa, disponível em forma de *press release* no site⁶¹ e realizada em fevereiro de 2021, com uma amostra de 2.643 entregadores de diversos aplicativos, oferece uma perspectiva mais positiva sobre o trabalho nas plataformas. Segundo essa, 67% dos entrevistados preferiam o atual trabalho como entregador, e 66% afirmaram preferir o atual modelo autônomo e flexível. A escolha dos dados a serem divulgados e o tom positivo adotado não são surpreendentes, uma vez que a suposta liberdade e autonomia sempre foram elementos presentes nos discursos das plataformas. A jornalista também aponta que, segundo uma pesquisa levantada pela Universidade Federal da Bahia⁶² constatou, em 2020, que constatou que a maior parte dos entregadores enfrentava longas jornadas de trabalho: em média 10 horas por dia, com 40% tendo afirmado que trabalham de Segunda a Segunda.

Ainda segundo a apuração da jornalista Clarissa Levy, o monitoramento das agências contratadas indicou uma nova pauta a ser abordada: a vacinação prioritária dos entregadores. Sob comando da SQI, em abril de 2021, o planejamento dessa campanha visava à mobilização

⁶¹ Disponível em: <<https://institucional.ifood.com.br/entregadores/dois-em-cada-tres-entregadores-de-delivery-preferem-a-autonomia-ao-registro-em-carteira/>>

⁶² Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-de-Levantamento-sobre-Entregadores-por-Applicativos-no-Brasil.pdf>>

de políticos, à utilização de perfis falsos para disseminar a pauta, a um abaixo-assinado e postagens nas redes sociais. O objetivo era esvaziar o discurso de reivindicações por melhorias nas condições de trabalho e a campanha não se restringiu a manifestações no campo digital. No final de abril, um funcionário da agência foi enviado para uma manifestação em São Paulo e, fingindo ser entregador, posicionou-se ao lado dos outros manifestantes com um cartaz com os dizeres: "Vacina para os entregadores de aplicativo já", além de distribuir adesivos com a mesma mensagem. Conforme mostramos no tópico anterior, essa reivindicação chamou a atenção da mídia e foi amplamente disseminada como um desejo legítimo e orgânico dos manifestantes. Com o sucesso dessa ação, seguiram-se diversos vídeos com supostos atores interpretando entregadores e pedindo votos no abaixo assinado de vacinação nas redes sociais.

Paralelamente, o *iFood* já havia doado R\$ 5 milhões ao Butantan, o maior produtor de vacinas e soros da América Latina e o principal produtor de imunobiológicos do Brasil, que na época se dedicava à pesquisa para um imunizante contra a covid-19. A jornalista aponta que houve desconforto com a doação após o presidente da empresa, Fabricio Bloisi, ter pedido em suas redes sociais vacinação prioritária para os entregadores. Outro ponto descoberto nos documentos obtidos é que o *iFood* tinha interesse em desenvolver um marco regulatório para o trabalho em aplicativos. Para ajudar o projeto a tramitar em Brasília, uma outra etapa da campanha teria foco no disparo de conteúdo específico ao marco regulatório e em menções indiretas feitas nas redes sociais.

Ao longo desta investigação e do estudo minucioso da economia de plataformas, bem como das críticas e movimentos de resistência que surgem com a popularidade deste modelo de trabalho, observamos que, apesar das plataformas adotarem muitas estratégias semelhantes globalmente — como o controle algorítmico na distribuição das atividades, a falta de transparência nas tarifas pagas, a punição de indivíduos que participam de mobilizações (por meio de bloqueios no aplicativo) e a retirada de atividades em países que sinalizam para o reconhecimento de um vínculo empregatício (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, ANTUNES, 2018; DELLA PORTA *et al*, 2022; CANT, 2019; NEGRI, 2020; CASTAÑEDA; VARGAS, 2020) —, existe um elemento de particularidade significativo no caso do *iFood*. Em outros contextos, não foi possível observar tentativas tão extremas de interferência na mobilização de trabalhadores por melhores direitos.

Aqui, retomamos a nossa terceira e última hipótese: *o alcance conquistado pelo grupo teve um efeito ambíguo: enquanto popularizou as demandas da classe, também o tornou o coletivo suscetível a represálias desproporcionais por parte da principal plataforma de entrega no Brasil, o iFood, contribuindo significativamente para sua desmobilização.*

Com base no que foi discutido ao longo deste estudo, alguns aspectos se destacam como fundamentais para nos aproximarmos de um parecer. A análise da relação entre plataformas e trabalhadores revelou a importância do discurso, tanto no que diz respeito à promoção do ideal de “flexibilidade e liberdade” pelas plataformas quanto na utilização de estratégias de relações públicas para criar uma imagem positiva das empresas, mesmo diante de possíveis controvérsias. King e Soule (2007) apontam que, no âmbito dos estudos organizacionais, a 'voz', ou seja, o discurso, pode ser uma alternativa poderosa para também para stakeholders secundários — como os movimentos de resistência — que buscam influenciar stakeholders mais poderosos, como as plataformas. Assim, ao expressar descontentamento, atores que poderiam ser considerados menos relevantes adquirem alavancagem sobre os recursos da empresa. Com o *iFood* sendo uma empresa de capital fechado, tendo angariado \$2.1 bilhões em investimentos entre 2011 e 2022⁶³, é plausível presumir que existe uma pressão significativa por parte dos investidores para que a empresa mantenha uma boa reputação pública. Em mercados competitivos e altamente visíveis, como o das plataformas digitais, a imagem pública de uma empresa é um ativo valioso.

Ainda:

(...) os movimentos sociais, apesar de seu status de outsiders, podem ter uma influência real na esfera corporativa. Seu papel como outsiders lhes dá um lugar único. Em vez de participar diretamente dos processos de tomada de decisão, eles frequentemente são forçados à periferia, onde se envolvem ativamente em atividades de construção de significado que moldam a maneira como o público percebe corporações geralmente fechadas. (KING; SOULE, 2007, p. 7)

Além disso, os autores sugerem que o impacto negativo dos protestos é condicionado por um nível mínimo de cobertura midiática nacional, ou seja, quando amplamente divulgados pela mídia, esses protestos têm o potencial de sinalizar aos investidores os possíveis custos associados às retaliações corporativas. Nesse contexto, não é surpreendente que uma das

⁶³ Disponível em: <https://www.crunchbase.com/organization/iFood/company_financials>

estratégias empregadas pelos trabalhadores de plataforma tenha sido a de atacar justamente a reputação das empresas (DELLA PORTA *et al.*, (2022). Com base na teoria de Vandaele (2018), isso se dá, principalmente, pela escassez de outros recursos, algo que também conseguimos observar empiricamente analisando as diversas dificuldades e no organizar destes grupos ao longo deste estudo.

A esse respeito da nossa hipótese, as estratégias incisivas de retaliação adotadas pelo *iFood* indicam uma preocupação central com a proteção de sua reputação, essencial no ambiente corporativo. A ampla visibilidade das ações dos Entregadores Antifascistas, ao atrair atenção midiática nacional, pode ter intensificado a resposta da plataforma. Assim, a exposição, em vez de apenas fortalecer as reivindicações trabalhistas, acabou por tornar o coletivo vulnerável a represálias desproporcionais, apontando para uma possível confirmação da hipótese de que a visibilidade trouxe consequências ambíguas, contribuindo para a desmobilização do grupo.

Com o *iFood* sendo o aplicativo de entrega preferido por 85% dos brasileiros e com 47% dos consumidores de *delivery* realizando pelo menos um pedido semanal⁶⁴, sua posição dominante no setor evidencia o desequilíbrio de poder substancial entre a plataforma e os Entregadores Antifascistas. Esse cenário revela um embate caracterizado por um profundo desequilíbrio de recursos e influência entre as partes envolvidas. Além disso, Culpepper e Thelen (2019) discutem extensivamente o poder desproporcional e inquestionável que as plataformas digitais exercem nas economias políticas contemporâneas. Esse poder não se origina apenas da fatia de mercado que essas empresas dominam, mas também das vantagens associadas à experiência dos consumidores com essas inovações radicais, que criam uma dependência íntima desses players. As plataformas desfrutam de uma fonte aparentemente inesgotável de confiança gerada por essa dependência. Embora poucas empresas alcancem este nível de influência, as que o fazem beneficiam-se de uma aliança tácita com seus consumidores, que reforçam o poder das plataformas ao se opor a qualquer regulação que possa ameaçar a conveniência desses novos serviços.

⁶⁴ Disponível em: <<https://blog.opinionbox.com/mercado-de-delivery-no-brasil/>>

6.1. Repercussões Legais

Por fim, após o término do contrato com a SQI e a Benjamin Comunicação em novembro de 2021, por motivos não revelados na reportagem, o *iFood* convidou 23 entregadores no mês seguinte para participar de um fórum promovido pela empresa, deixando de fora Paulo Galo. A empresa firmou o compromisso de ser mais transparente com os entregadores e rever as suspensões. Somente em março do ano seguinte a empresa concordou em reajustar as taxas de entrega: a taxa mínima por rota passou de R\$ 5,31 para R\$ 6, e o valor mínimo por quilômetro rodado de R\$ 1 para R\$ 1,50. Uma reportagem do Brasil de Fato⁶⁵, datada de 1º de março de 2022, apontou que, naquele mesmo dia, em que estava marcado mais um Breque dos Apps em diversas cidades brasileiras, a plataforma ofereceu um adicional de R\$ 3 por corrida.

Antes mesmo da publicação da matéria, em março de 2021, já ocorria na Câmara de Vereadores de São Paulo uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as condições trabalhistas dos motoristas de aplicativo, além da revisão dos impostos pagos pelas plataformas à prefeitura⁶⁶. Devido às pausas ocasionadas pelos picos de agravamento da pandemia, as sessões se prolongaram por quase dois anos, investigando as atuações dos aplicativos, bem como convocando representantes de empresas como *iFood*, 99 e *Uber*, membros de sindicatos, representantes e ex-representantes do Executivo, além de procuradores do Ministério Público do Trabalho.

Após a divulgação da matéria, a CPI também passou a investigar as ações das agências contratadas pelo *iFood*: foram chamados representantes tanto da Benjamin quanto da SQI. Após algumas recusas em colaborar, dois representantes, o sócio da Benjamin, Luis Flavio Guimarães Marques, e Daniel Braga, sócio da SQI, compareceram após intimação e, munidos de decisão

⁶⁵ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/01/em-dia-de-greve-iFood-paga-extra-de-r-3-por-corrida-e-antecipa-reajuste-querem-desmobilizar>>

⁶⁶ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/12/cpi-dos-aplicativos-cobra-controle-de-horas-e-mais-seguranca-para-motoristas-e-entregadores.shtml#:~:text=A%20CPI%20dos%20Aplicativos%20foi,respostas%20dos%20mais%20diversos%20%C3%B3rg%C3%A3os>>

liminar em Habeas Corpus e acompanhados por seus advogados, se recusaram a responder quaisquer perguntas para evitar autoincriminação⁶⁷.

Um dos principais pontos de discórdia durante a CPI foi a discrepância entre os dados apresentados pela empresa à comissão e aqueles revelados pela Agência Pública. Em 7 de dezembro de 2021, quatro meses antes da publicação da matéria, o *Head* de Políticas Públicas do *iFood* declarou que os entregadores permaneciam logados no aplicativo por 60 horas mensais, o equivalente a três horas diárias, cinco dias por semana. Vale salientar que, em abril, com a publicação, a pesquisa encomendada pelo *iFood* à Locomotiva e entregue às agências se tornou pública. A pesquisa em questão, já mencionada anteriormente, escancarou um cenário de extrema precarização no trabalho dos entregadores do *iFood*. Com base em uma amostra de 1.484 profissionais, foi revelado que 61% dos profissionais trabalham todos os dias da semana, 47% trabalham mais de 10 horas por dia e 17% trabalham mais de 12 horas diariamente. Diante dos questionamentos dos parlamentares sobre o conhecimento prévio dos dados da pesquisa e a omissão de sua divulgação, representantes das agências públicas optaram por exercer o direito ao silêncio. Em nota, o *iFood* alegou que os dados apresentados anteriormente por seu representante utilizaram uma amostra e uma metodologia diferentes. Segundo a empresa, os dados anteriores eram internos e referiam-se apenas à cidade de São Paulo, enquanto a pesquisa da Locomotiva foi de âmbito nacional⁶⁸.

No relatório final, a CPI dos Aplicativos propôs revisar a regulamentação dos serviços de transporte de passageiros e *delivery* em São Paulo, com o intuito de criar normas pioneiras que pudessem influenciar a legislação nacional. As recomendações incluem um marco regulatório que equilibre os serviços, ofereça contrapartidas para a cidade e aumente a segurança para usuários e trabalhadores. Entre as medidas sugeridas estão uma auditoria nos pagamentos de taxas pelos aplicativos desde 2016, o retorno das sedes da *Uber* e 99 para São Paulo (que havia sido mudada para Osasco, cidade vizinha, para evitar a tributação elevada da capital), e a reclassificação das empresas de transporte para fins tributários. Além disso, a CPI destacou a necessidade de transparência nas políticas de segurança, melhorias nas condições

⁶⁷ Disponível em: <<https://apublica.org/2022/08/iFood-nao-revelou-detalhes-da-jornada-de-trabalho-de-entregadores-na-cpi-dos-apps/>>

⁶⁸ *Ibidem*.

trabalhistas dos motoristas e entregadores, e a implementação de novos modelos de pagamento baseados em algoritmos⁶⁹.

6.2 Síntese do capítulo

Desde a declaração da pandemia de covid-19 em 2020, as crescentes frustrações entre os entregadores resultaram na formação de movimentos de resistência, conforme abordado no capítulo anterior. Neste capítulo, analisamos as estratégias de resposta adotadas pelo *iFood*. Desde o início, a empresa demonstrou uma preocupação considerável com sua reputação, investindo em comunicação e marketing para promover uma imagem mais positiva do trabalho realizado e criar uma percepção ilusória das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores.

O ápice dessa estratégia foi a contratação das agências de publicidade SQi e Benjamin Comunicação, com o objetivo de neutralizar as reivindicações dos trabalhadores de plataforma, conforme foi exposto pela reportagem da Agência Pública. Documentos de ex-funcionários dessas agências revelam que, para compreender a linguagem e as demandas dos entregadores, os funcionários se infiltraram em grupos de *Whatsapp* e utilizaram a linguagem aprendida para criar duas páginas no *Facebook*: Não Breca Meu Trampo e Garfo na Caveira, além de perfis falsos. As postagens exaltavam a plataforma como uma solução benéfica para os trabalhadores, com os perfis não manifestando apoio às greves e mobilizações e atribuindo ao Estado a responsabilidade de cuidado. Em um vídeo de uma reunião interna da equipe da Benjamin Comunicação, Galo foi citado nominalmente como um dos alvos dessa investida do *iFood*.

A matéria revela que o *iFood* tinha acesso a pesquisas internas que mostraram que 89% dos participantes de uma pesquisa realizada em 2021 dependiam das entregas como principal fonte de renda. No entanto, esses dados nunca foram divulgados pela empresa, que optou por compartilhar informações mais favoráveis, como o fato de 67% dos entrevistados preferirem o trabalho atual como entregador e 66% apreciarem o modelo autônomo e flexível. Outra estratégia da empresa foi enviar funcionários das agências para manifestações pedindo vacinação prioritária, com o objetivo de desviar a atenção das reivindicações trabalhistas.

⁶⁹ Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/cpi-dos-aplicativos-aprova-relatorio-final-com-recomendacoes-sobre-transporte-por-aplicativos-e-delivery-na-capital/>>

À luz dessas discussões, observamos a importância do discurso como uma ferramenta essencial tanto para as plataformas quanto para os movimentos dissidentes. Para plataformas como o *iFood*, o discurso é crucial para moldar a percepção pública e manter uma imagem positiva, mesmo diante de controvérsias e críticas. Para movimentos de resistência, como os Entregadores Antifascistas, a voz e a visibilidade são fundamentais para destacar suas demandas e atrair atenção para suas causas. A cobertura midiática, conforme discutido por King e Soule (2007), amplifica o impacto negativo na reputação das empresas. Neste contexto, a exposição do grupo trouxe consequências ambíguas: popularizou suas demandas, mas também o expôs a represálias severas por parte do *iFood*, sugerindo a confirmação de nossa terceira hipótese. Além disso, o desequilíbrio de poder entre plataformas e trabalhadores é evidente, devido à influência dessas empresas na vida dos consumidores e à relação íntima de confiança que mantêm com eles.

O *iFood* foi convocado a prestar esclarecimentos na CPI dos Aplicativos realizada em São Paulo entre 2021 e 2022, contudo, não colaborou com a investigação e o processo não resultou em sanções ou penalidades para a empresa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, analisamos diversos aspectos do universo do trabalho, permitindo uma compreensão mais profunda das mudanças gradativas nas relações laborais. A revisão da literatura destacou transformações significativas desde o pós-Segunda Guerra Mundial, quando foram consolidadas normas e implementadas importantes proteções para os trabalhadores. Nesse período, não apenas empresas e indústrias estabeleceram diretrizes para as relações de trabalho, mas também o Estado desempenhou um papel crucial ao implementar políticas públicas que regulamentavam o trabalho de maneira mais rigorosa.

Durante esse tempo, houve um incentivo para a geração de empregos, a educação e a qualificação contínua, além de esforços para prevenir demissões arbitrárias e combater a precarização do trabalho, como a informalidade e os contratos intermitentes. A ascensão do Estado de bem-estar social ampliou a rede de proteção aos trabalhadores, financiada pela arrecadação de impostos. Embora tais políticas não tenham sido implementadas de forma uniforme em todos os países, estabeleceram padrões normativos que se tornaram referências. Com o avanço do neoliberalismo e a ascensão do capitalismo globalizado, caracterizados pela incessante busca por maximização de lucros, as estruturas legais e regulatórias que garantiam proteções aos trabalhadores foram progressivamente flexibilizadas. O foco crescente na eficiência econômica e na rentabilidade muitas vezes veio à custa dos direitos laborais, resultando no enfraquecimento de garantias anteriormente conquistadas.

O fenômeno da flexibilização do trabalho, embora tenha atingido seu ápice recentemente, foi construído de forma gradual. A desregulamentação não se restringe apenas aos trabalhadores de plataforma, mas reflete uma tendência mais ampla de precarização das relações de trabalho em diversas sociedades. Vínculos empregatícios tradicionais estão sendo desmantelados, o Estado de bem-estar social está enfraquecido, e reformas trabalhistas estão promovendo a redução das proteções existentes. Em paralelo, os trabalhadores enfrentam um cenário adverso, marcado pelo aumento do custo de vida, pela crescente dificuldade de acesso à educação e pela intensificação da competição por vagas no mercado de trabalho. Esses fatores estão interligados e contribuem para um quadro de complexidade crescente, onde cada variável adiciona novos desafios às questões já existentes.

As plataformas digitais adicionam uma camada adicional de complexidade e apresentam um paradoxo: embora ofereçam serviços a preços mais acessíveis e promovam uma flexibilidade atraente para trabalhadores sem outras opções, essa flexibilidade muitas vezes vem acompanhada de uma percepção de impermanência. Há evidências de que muitos trabalhadores desses modelos operacionais veem suas ocupações como temporárias, sendo exercidas por estudantes ou pessoas em situação de vulnerabilidade, como imigrantes enfrentando dificuldades para obter empregos formais.

Levando tudo isso em consideração, concluímos este trabalho com algumas reflexões: Diante da crescente complexidade da vida cotidiana, da existência de sistemas cada vez mais excludentes e das condições de trabalho cada vez mais precarizadas, será possível estabelecer uma resistência que seja duradoura e eficaz?

Embora tenhamos abordado grupos que atuam na luta por melhores condições, frequentemente observamos que conexões sindicais e a experiência prévia dos membros são essenciais, sugerindo que abordagens tradicionais, mesmo que adaptadas, podem resultar em conquistas mais significativas. No entanto, os avanços para concretizar planos mais ambiciosos têm sido relativamente tímidos. A pressão e a organização de movimentos de resistência são de extrema importância, mas, sem uma responsabilização efetiva das plataformas e uma atuação expressiva do Estado, o espaço para mudanças significativas é limitado.

A literatura existente tende a focar na organização dos movimentos, com pouca atenção ao processo de conquista de direitos específicos e à dinâmica interna dos coletivos. A exceção notável é o estudo sobre o "Riding for Deliveroo", onde o pesquisador, ao atuar como entregador, teve uma participação direta na formação da resistência, proporcionando uma visão mais detalhada sobre a organização e as estratégias dos trabalhadores. A desmobilização e os fatores que a causam, assim como o papel de atores privados na repressão de movimentos sociais, têm recebido menor atenção.

Neste contexto, este trabalho buscou preencher uma lacuna ao analisar o estudo de caso dos Entregadores Antifascistas. Observamos que o grupo apresentou características distintas, como a rápida desmobilização após uma promessa inicial de sucesso e as ações do *iFood* direcionadas tanto aos membros quanto à categoria de trabalhadores como um todo, com o

intuito de enfraquecer uma resistência legítima. O desequilíbrio de poder entre as plataformas e seus trabalhadores é evidente e preocupante. Dado que este caso não teve precedentes e tampouco resultou em repercussões legais, é crucial que essas estratégias sejam devidamente documentadas. Tal documentação não só fornecerá uma base para futuras pesquisas acadêmicas, como também abrirá espaço para investigações adicionais que possam contribuir para uma compreensão mais ampla e para a construção de um panorama mais justo e equilibrado nas relações de trabalho — sejam digitais ou tradicionais.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L. C.; ALMEIDA, P. F. DE; AMORIM, H.; CARDOSO, A. C. M.; FONSECA, V. P. DA; KALIL, R. B.; MACHADO, S. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 3, jun. 2020.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009

ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista de Sociologia e Política**, p. 71–94, 1 nov. 2002.

ANTUNES, R.; SILVA, J. B. DA. PARA ONDE FORAM OS SINDICATOS? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 511–527, dez. 2015.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Comissão Parlamentar de Inquérito dos Aplicativos. **Relatório final da CPI dos aplicativos**. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/wp-content/uploads/2021/02/Relatorio-Final-CPI-Aplicativos.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BENNETT, A. O. Process Tracing and Causal Inference. BRADY, H. E.; COLLIER, D. (Ed.). **Rethinking Social Inquiry**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

CANT, C. **Riding for Deliveroo: Resistance in the New Economy**. Cambridge: Polity, 2019.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança : movimentos sociais na era da internet**. Rio De Janeiro: Zahar, 2013.

CARUSO, L.; CINI, L. Rethinking the link between structure and collective action. Capitalism, politics, and the theory of social movements. **Critical Sociology**, Londres, v. 46, n. 7-8, p. 1005-1023, 2020

CHESTA, R. E.; ZAMPONI, L.; CACIAGLI, C. Labour Activism and Social Movement Unionism in the Gig Economy. Food Delivery Workers Struggles in Italy. **PARTECIPAZIONE E CONFLITTO**, v. 12, n. 3, p. 819–844, 15 nov. 2019.

COELHO, B. DA P. DE M.; DE JESUS, A. B. B.; SILVA, M. E. P. S. DA. A luta coletiva dos entregadores latino-americanos contra a pandemia do capitalismo - movimentos grevistas em tempos de Covid-19. **Middle Atlantic Review of Latin American Studies**, [S. l., v. 4, n. 3, p. 31-48, 2021. DOI:10.23870/marlas.331. Disponível em: <https://marlasjournal.com/articles/10.23870/marlas.331>. Acesso em 20 jan. 2023.

COLLIER, R. B.; DUBAL, V. B.; CARTER, C. L. Disrupting Regulation, Regulating Disruption: The Politics of *Uber* in the United States. **Perspectives on Politics**, v. 16, n. 4, p. 919-937, 1 dez. 2018.

CULPEPPER, P. D.; THELEN, K. Are We All Amazon Primed? Consumers and the Politics of Platform Power. **Comparative Political Studies**, v. 53, n. 2, p. 288–318, jun. 2019.

DAVENPORT, C. **How social movements die: repression and demobilization of the Republic of New Africa**. New York: Cambridge University Press, 2015.

DELLA PORTA, D.; CHESTA, R. E.; CINI, L. Mobilizing against the odds. Solidarity in action in the platform economy. **Berliner Journal für Soziologie**, Berlim, v. 32, p. 213-241, 2022.

DE STEFANO, V. The rise of the 'just-in-time workforce': on-demand work, crowd work and labour protection in the 'gig-economy'. **Bocconi Legal Studies Research Paper No. 2682602**, 28 out. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2682602>. Acesso em: 5 jun. 2023.

DRAHOKOUPIL, J.; FABO, B. The platform economy and the disruption of the employment relationship. **ETUI Research Paper - Policy Brief 5/2016**, 14 jul. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2809517>. Acesso em: 17 maio. 2024.

ESCOBAR, A.; ALVAREZ, S. E. **The Making Of Social Movements In Latin America: Identity, Strategy, And Democracy**. Routledge, 2018.

ESTANQUE, E. Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português. **Lutas Sociais**, ISSN 1415-854X, n. 23, p. 55–67, 20 dez. 2009.

ESTANQUE, E. Crise, Estado social e desafios do sindicalismo: breve reflexão sobre a Europa. **Educar em Revista**, n. 48, p. 23–37, jun. 2013.

FERRAZ, A. T. R. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. **Serviço Social & Sociedade**, n. 135, p. 346–363, ago. 2019.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas Digitais, *Uberização* do Trabalho e Regulação no Capitalismo Contemporâneo. **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, abr. 2020.

GOIRAND, C. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 323–354, dez. 2009.

HYMAN, R.; GUMBRELL-MCCORMICK, R. Resisting labour market insecurity: Old and new actors, rivals or allies? **Journal of Industrial Relations**, v. 59, n. 4, p. 538–561, 4 ago. 2017.

KING, B. G.; SOULE, S. A. Social Movements as Extra-Institutional Entrepreneurs: The Effect of Protests on Stock Price Returns. **Administrative Science Quarterly**, v. 52, n. 3, p. 413–442, set. 2007.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento **da ação coletiva**: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, v. 30, n. 1, p. 77–104, 2018.

LEVY, Clarissa. A máquina oculta de propaganda do *iFood*. Agência Pública, 4 abr. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-iFood/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

LOURENÇO FILHO, R. DISPUTAS SOBRE O DIREITO E A CONSTITUIÇÃO: “BREQUE DOS APPS”, ENTREGADORES ANTIFASCISTAS E GREVE POLÍTICA. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 41–62, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5500582. Disponível em: <https://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/356>. Acesso em: 12 fev. 2023.

MACHADO, S.; MICHAEL WILLIAN CONRADT. Conflitos coletivos no trabalho em plataformas digitais: desafios à proteção da liberdade sindical no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 129, p. 111–130, 1 dez. 2022.

MACIEL DE ALMEIDA AQUINO, J. V.; DINIZ DE QUEIROZ PILATE, F.; DA SILVA FÉLIX, Y. UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E OS RISCOS À SAÚDE DOS ENTREGADORES POR APLICATIVO FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19. **REVISTA DIREITOS, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 46–69, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/10617>. Acesso em: 30 set 2023.

MALDONADO CASTAÑEDA, O.; SÁNCHEZ VARGAS, D.; Obstáculos, resistencias y repertorios de movilización social de repartidores digitales en Colombia. In: HIDALGO, K.; SALAZAR, C. (Org.). **Precarização laboral em plataformas digitais**. 1. ed. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020. p. 100-117.

MANZANO, M.; KREIN, A. **A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil**. Universidade de Campinas, jul. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.19572.07041>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MORAES, R. B. de S.; OLIVEIRA, M. A. G. de; ACCORSI, A. *Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo*. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 3, p. 647–681, 31 dez. 2019.

NEGRI, S. D. Condições laborais, processo de trabalho e mobilização dos trabalhadores em plataformas de reparto em Argentina. In: HIDALGO, K.; SALAZAR, C. (Org.). **Precarização laboral em plataformas digitais**. 1. ed. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020. p. 39-54.

PEREYRA, F.; POBLETE, L. Desafios da regulamentação do trabalho de plataformas digitais de entrega na Argentina. **Revista Temas Sociológicos**, v. 31, p. 359-391, 2022.

PICOLOTTO, E. L.; LAZZARETTI, M.; HÜBNER, M. F. Reformas neoliberais no mundo do trabalho no pós-impeachment de 2016: atores, argumentos e alguns resultados. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, v. 4, n. 1, p. 109-125, 2016.

PONGE, R. C. 1968, dos movimentos sociais à cultura. **Organon**, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 39-55, jul./dez. 2009.

STONE, K.; ARTHURS, H. **Rethinking workplace regulation: beyond the standard contract of employment**. 1. ed. Nova York: Russell Sage Foundation, 2013. 421 p. ISBN 978-1-61044-803-1.

RAHMAN, K. S.; THELEN, K. The Rise of the Platform Business Model and the Transformation of Twenty-First-Century Capitalism. **Politics & Society**, v. 47, n. 2, p. 177–204, mar. 2019.

VANDAELE, K. Will trade unions survive in the platform economy? Emerging patterns of platform workers' collective voice and representation in Europe. **Emerging patterns of platform workers' collective voice and representation in Europe**. ETUI Research Paper - Working Paper, jun. 2018.

VARGAS ANGARITA, D. A. **Los retos legales de la sindicalización de trabajadores de plataformas digitales en Colombia: el caso de Unidapp**. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho e Seguridade Social) - Pontificia Universidade Javeriana, Faculdade de Ciências Jurídicas, Bogotá, 2023.

WATERMAN, P. O internacionalismo sindical na era de Seattle. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 62, p. 33–68, jun. 2002.

WOOD, A.; MARTINDALE, N.; LEHDONVIRTA, V. Dynamics of contention in the gig economy: Rage against the platform, customer, or state? **New Technology, Work &**

Employment, Forthcoming, 2021. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3922652>. Acesso em: 9 jul. 2024.